

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

DANIEL DE SOUZA CASTILHO

**DA LINGUAGEM À PSICANÁLISE: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES CRÍTICAS
DO SUJEITO EM VULNERABILIDADE SOCIAL**

MANAUS (AM)
2023

DANIEL DE SOUZA CASTILHO

**DA LINGUAGEM À PSICANÁLISE: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES CRÍTICAS
DO SUJEITO EM VULNERABILIDADE SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras, na linha de pesquisa Teoria e Análise Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza

MANAUS (AM)
2023

DANIEL DE SOUZA CASTILHO

**DA LINGUAGEM À PSICANÁLISE: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES CRÍTICAS
DO SUJEITO EM VULNERABILIDADE SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras, na área de concentração Teoria e Análise Linguística.

Aprovada em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza (UFAM)

Profa. Dra. Marta de Faria e Cunha Monteiro (UFAM)

Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa (UFAM)

Ficha Catalográfica elaborada por Rita Cintia Vieira Passos - CRB 11/718

C352d Castilho, Daniel de Souza

Da linguagem à psicanálise: uma análise das condições críticas do sujeito em vulnerabilidade social / Daniel de Souza Castilho. 2023.

70 f.; 31 cm.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas.

1. Análise do discurso. 2. Psicanálise – sofrimento. 3. Vulnerabilidade social – Manaus, AM. I. Título. II. Série.

CDU 81'42

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho,
única e exclusivamente,
para cada família em sofrimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família em especial minha mãe Maria de Jesus. Mulher forte, guerreira e apaixonada pelos filhos. A pessoa que cultivou em mim o amor e a amizade. Muito da minha determinação vem dela e de minha irmã Daniely, a quem também preciso retribuir.

Agradeço ao meu pai David por ter sido um grande incentivador das leituras, então, ele também precisa ser lembrado. Sempre o via de óculos lendo um livro qualquer quando criança e isso foi muito determinante em muitos sentidos que desconheço.

Agradeço a minha filha Júlia por ser o meu maior motivo para tudo que eu faço hoje. Tudo que passa pela minha mente, antes, passou pelo pensamento que tenho por ela rotineiramente.

À Ruth uma pessoa maravilhosa que a vida trouxe e que caminha ao meu lado nessa difícil, mas ainda gostosa estrada da vida.

Agradeço fortemente aos amigos que comigo discutem e desafiam meu discernimento e que ainda permanecem fiéis a nossa amizade, Madson, Felipe e Vasconcelos, porque assim desejam.

Ao meu orientador professor Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza. Uma pessoa de personalidade única e um grande apaixonado pela psicanálise, assim como eu, imagino.

Aos meus colegas de mestrado com os quais trocamos tantas ideias virtualizadas, visto que lamentavelmente nossos estudos ocorreram em período pandêmico prejudicando nossos possíveis encontros pessoais.

Agradeço, em especial, a cada um dos professores desse distinto programa de pós-graduação pelos ensinamentos que ampliaram, inequivocamente, meus horizontes.

EPÍGRAFE

“Mas a vida de todo indivíduo não é uma obra de arte?
Por que uma mesa ou uma casa são objetos de arte,
mas não as nossas vidas?”
(Foucault)

RESUMO

A presente dissertação, realizada durante a Pandemia de COVID-19 (BRASIL, 2020), é resultado da análise das condições críticas do sujeito em vulnerabilidade social. Analisamos como a linguagem com base em Pêcheux (1988; 1997), Orlandi (1999; 2006), Foucault (1996; 2001; 2012); e a psicanálise pela perspectiva freudiana (1980; 1996; 1996) e lacaniana (1979; 2005; 2012) contribuem para a análise das condições de vulnerabilidade. Entendemos que o campo social (ROSA et al., 2017) no qual os sujeitos estão inseridos atualiza sua situação de vulnerabilidade e de suas condições de reprodução. A metodologia da pesquisa utilizada para compreender nosso objeto foi de natureza qualitativa, bibliográfica (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), partindo do uso da análise das paráfrases e modalizadores do discurso (SOUZA, 2021), do estudo de caso e da elaboração de uma entrevista semiestruturada (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Identificamos a partir da análise do discurso da representante da família, a senhora S, o conceito-análise *a posteriori* “Política de Sofrimento”, e entendemos ainda que o discurso que abriga o referido conceito é o liberalismo (SOUZA, 2021). Compreendemos os laços sociais que estabelecem as situações de vulnerabilidade do sujeito (ROSA et al., 2017); e, averiguamos a dimensão sociopolítica do sofrimento (SAFATLE, 2021) que desencadeia e potencializa a situação de vulnerabilidade. Isso significou dizer que este sofrimento é produto da gestão pública corroborado pela atualização das condições sociais pelas instituições governamentais. Percebemos a necessidade de se recompor o lugar discursivo (PÊCHEUX, 1988) das famílias em situação de vulnerabilidade social, reconstituir seus laços sócio-discursivos com a finalidade de romper o assujeitamento ideológico para recuperar suas histórias perdidas e desvalorizadas (PÊCHEUX, 1988). Criar um campo mínimo de significantes que lhes permitam circular no campo do Outro parece uma saída possível (ROSA et al., 2017). Em quatro capítulos, as bases teóricas da Análise de Discurso Francesa e da Psicanálise foram desenvolvidas para ampliar os estudos da linguagem e das políticas socioassistenciais.

Palavras-chave: Análise de discurso. Psicanálise. Sujeito. Sofrimento. Política socioassistencial.

ABSTRACT

The present dissertation, carried out during the COVID-19 Pandemic (BRASIL, 2020), is the result of the analysis of the subject's critical conditions in social vulnerability. We analyze how language based on Pêcheux (1988; 1997), Orlandi (1999; 2006), Foucault (1996; 2001; 2012); and psychoanalysis from the Freudian (1980; 1996; 1996) and Lacanian (1979; 2005; 2012) perspectives contribute to the analysis of vulnerability conditions. We understand that the social field (ROSA et al., 2017) in which the subjects are inserted updates their situation of vulnerability and their reproduction conditions. The research methodology used to understand our object was of a qualitative, bibliographical nature (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), based on the analysis of paraphrases and discourse modals (SOUZA, 2021), the case study and the preparation of a semi-structured interview (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Based on the discourse analysis of the family representative, Mrs. S, the concept-analysis *a posteriori* "Policy of Suffering", and we also understand that the discourse that shelters the referred concept is liberalism (SOUZA, 2021). We understand the social ties that establish situations of subject vulnerability (ROSA et al., 2017); and we investigated the sociopolitical dimension of suffering (SAFATLE, 2021) that triggers and enhances the situation of vulnerability. This meant saying that this suffering is a product of public management, corroborated by the updating of social conditions by government institutions. We perceive the need to recompose the discursive place (PÊCHEUX, 1988) of families in situation of social vulnerability, reconstitute their socio-discursive ties with the purpose of breaking ideological subjection to recover their lost and devalued stories (PÊCHEUX, 1988). Creating a minimal field of signifiers that allow them to circulate in the field of the Other seems like a possible way out (ROSA et al., 2017). In four chapters, the theoretical bases of French Discourse Analysis and Psychoanalysis was developed to expand the studies of language and social assistance policies.

Keywords: Discourse analysis. Psychoanalysis. Subject. Suffering. Social assistance policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - O SUJEITO PRODUTO DA VULNERABILIDADE	13
1.1 Justificativa da pesquisa	15
1.2 Relevância social e pessoal	17
CAPÍTULO 2 - ANÁLISE DE DISCURSO E PSICANÁLISE	21
2.1 Ideologia.....	22
2.2 Discurso	27
2.3 Sujeito	32
2.4 Psicanálise	36
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA DA PESQUISA	43
3.1 Abordagem da Pesquisa	43
3.2 Procedimentos da Pesquisa	44
3.3 Análise de Discurso	44
3.4 Estudo de Caso	45
3.5 Entrevista Semiestruturada	46
CAPÍTULO 4 - A ANÁLISE DO DISCURSO DA FAMÍLIA	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE	66

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho, realizado durante a Pandemia do COVID-19 (BRASIL, 2020), é resultado da análise das condições críticas do sujeito em vulnerabilidade social. Para tal baseamo-nos em teóricos como Pêcheux (1988; 1997), Orlandi (1999; 2006) e Foucault (1996; 2001; 2012), na medida em que compreendemos a linguagem, seus efeitos de sentido, suas dispersões, interpretações e significações. Ao nos referirmos à psicanálise, percebemos a necessidade de buscar abrigo teórico em Freud (1980; 1996; 1996) e Lacan (1979; 2005; 2012) como forma complementar, e de contribuição para a análise das condições do sujeito em vulnerabilidade. Além de buscar entendimento do campo social (ROSA et al., 2017) no qual os sujeitos estão inseridos na situação de vulnerabilidade e os laços entre o sujeito, a família e as instituições.

Esforçamo-nos, ao longo desses dois pandêmicos anos, por desenvolver um trabalho dentro dos moldes tradicionais de pesquisa. Os desafios foram grandes e árduos, porém não estamos aqui tentando trazer ao debate questões pessoais, não que elas sejam menos valorosas. Queremos ressaltar a dificuldade em se analisar o discurso de pessoas. E não por questões morais ou éticas, mas pela complexidade em que estas se apresentam em suas mais profundas peculiaridades. Talvez porque o desafio fosse maior que o esperado e ter que contornar o cerne e o limite do nosso objeto tenha sido a maior das pretensões que nos propusemos.

A escolha pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas mostrou-se o melhor abrigo teórico possível para o que objetivamos pesquisar. Linguagem era a nossa ferramenta primordial e a psicanálise um de seus consequentes produtos históricos.

Da linguagem à psicanálise são muitos anos a serem pensados e desenvolvidos. Dois anos de leitura e pesquisa jamais dariam conta de tamanha pretensão, portanto, de imediato, esclarecemos que tal linguagem se limitará à fala expressada pelo sujeito, a família, representada na figura da senhora S¹, inserida numa dada sociedade, e, num dado espaço de tempo, frente aos problemas políticos de então. Essa sociedade é a brasileira, mais especificamente, uma família da cidade de Manaus.

E no tocante à psicanálise, mergulharemos nas entrelinhas do discurso, com a tentativa de desvelar seus mais profundos sentidos, e para isso, os aparatos da Análise de Discurso

¹ Simbologia utilizada para preservar a identidade do sujeito/participante da pesquisa.

Francesa foram demasiadamente impreteríveis. Travando um diálogo com ambas as áreas, caminhamos para as mais diversas análises do nosso sujeito. A família representada pela senhora S.

Nosso trabalho objetivou analisar as condições críticas do sujeito em vulnerabilidade social por meio da linguagem e de seu uso pela teoria psicanalítica, isto é, compreender as condições sociais que esses sujeitos se encontram para que o seu sofrimento psíquico, fator fundante de seus sintomas enunciados em seus discursos, tenha a melhor compreensão e elucidação possível.

Para atingir o objetivo que nos orientou em nossa empreitada **i)** pesquisamos o campo social (ROSA et al., 2017) no qual os sujeitos em vulnerabilidade estão inseridos, ou seja, se tal campo, reiterava ou atualizava a presente situação e em quais condições este é construído e/ou mantido, portanto, foi necessário; **ii)** compreendermos os laços sociais que mantinham as situações de sua vulnerabilidade social do ponto de vista de Freud (1980; 1996; 1996) e Lacan (1979; 2005; 2012); **iii)** buscamos pela compreensão das formações discursivas que estabeleciam as situações de vulnerabilidade desse sujeito a partir de Pêcheux (1988; 1997), Orlandi (1999; 2006), Foucault (1996; 2001; 2012); e, **iv)** averiguamos a dimensão sociopolítica do sofrimento (SAFATLE, 2021) que desencadeava e potencializava a situação de vulnerabilidade. Isso significou dizer que analisamos este sofrimento enquanto fruto da gestão pública, corroborado por questões implícitas presentes nas instituições governamentais.

No primeiro capítulo iniciamos nosso trabalho pela compreensão do *Sujeito Produto da Vulnerabilidade*. Os elementos que constituem esse sujeito, assim como as formações sociais que amparam a sua construção como sujeito assujeitado na esfera sócio-política. Safatle (2021) abordará esse sujeito como indivíduo em sofrimento, demonstrando que o sistema capitalista e a produção do sujeito do liberalismo são peças determinantes dessa condição.

No segundo capítulo, *Análise de Discurso e Psicanálise*, construiu-se o amparo teórico baseado na Análise de Discurso. Trabalhamos com conceitos de autores como Pêcheux (1988; 1997), Foucault (1979; 2001; 2012) e Orlandi (1999; 2006) visto que nossa proposta se baseia na análise das condições socio-histórica-ideológica para a produção do sujeito. Após a constituição e compreensão do sujeito atravessado pela linguagem e pela exterioridade, analisamos o sujeito cindido, isto é, o sujeito do inconsciente psicanalítico a partir das perspectivas de Freud (1980; 1996; 1996) e Lacan (1979; 2005; 2012).

No terceiro capítulo expusemos a *Metodologia da Pesquisa* na qual lançamos mão para a realização de uma pesquisa de natureza qualitativa e bibliográfica (GERHARDT;

SILVEIRA, 2009). Constituímos o Estudo de Caso (FONSECA apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009) ao limitarmos a pesquisa com uma única família. Procedemos com a construção do *corpus* da pesquisa coletado pela entrevista semiestruturada. Utilizamos a Análise de Discurso Francesa pecheutiana (1988; 1997) e foucaultiana (1979; 2001; 2012) e da circunscrição do conceito-análise *a posteriori* “Política de Sofrimento” identificado por meio da análise das paráfrases e dos modalizadores do texto (SOUZA, 2021).

No quarto capítulo procedemos com a *Análise do Discurso da Família* buscando nas suas formações discursivas os sentidos que foram construídos com o desenvolvimento da política de assistência social na cidade de Manaus, assim como suas consequências psíquicas frente à atual aplicabilidade governamental. A família pesquisada, representada pela nossa participante, demonstrou forte sofrimento psíquico ocasionado pelo liberalismo, devido sua permanente condição de vulnerabilidade e pela baixa perspectiva de superação.

CAPÍTULO 1

O SUJEITO PRODUTO DA VULNERABILIDADE

O mundo experiencia um grande retorno do conservadorismo e de uma tentativa de estruturação dos povos a partir de uma ideologia liberal e utilitarista (KELLER, 2019). Entendemos que esse movimento impõe uma lógica meritocrata para a ascensão do sujeito cuja exequibilidade desconsidera questões sociais, culturais, econômicas e, principalmente, psíquicas.

Países como o Brasil, cuja desigualdade social², aumentada pelo período de Pandemia de COVID-19³ (BRASIL, 2020), ainda é uma problemática teve em governos entre os anos de 2003 e 2015 a implementação de políticas públicas inclusivas como o Programa Bolsa Família, Universidade para Todos, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, dentre outros que objetivavam a equidade entre os cidadãos. Hoje, tal desigualdade é desconsiderada e vista com uma perspectiva naturalizada, afirmam Campello, Tereza et al. (2018).

Morel (2021) afirma que passamos por um período intenso de descrédito e desconfiança do papel das instituições democráticas, governamentais e sociais. Esse papel teria por objetivo construir e manter um nível satisfatório de convivência entre os integrantes da sociedade. No entanto, tal desconfiança é arraigada por um forte negacionismo, uma tendência reativa que tem por finalidade destituir a legitimidade do conhecimento científico já estabelecido, em prol de formar opiniões sobre questões de interesse político-partidário.

De acordo Fuser (2010), na virada do século XX para o XXI, a América do Sul possuía um amplo predomínio de governos conservadores, alinhados aos Estados Unidos, com políticas neoliberais defendidas pelo Consenso de Washington. Após esse período, passamos, a partir de 2002, por 16 anos de governos que viabilizaram políticas socioassistenciais efetivas para a população, aumento do poder de compra das famílias brasileiras, diminuição das taxas de desemprego e inflação, dentre outros. Porém, atualmente, deparamo-nos com severos problemas políticos, sociais e culturais exalando pelos poros de uma população polarizada entre “nós e eles”, afirmam Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022).

² Segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP, a concentração de renda no Brasil aumentou, reforçando um índice extremo de desigualdade social (ANFIP, 2018).

³ A pandemia prejudicou o acesso à saúde da população pobre e negra do Brasil. A COVID-19 aumentou a condição de vulnerabilidade dessas pessoas que já estavam em um cenário de desigualdade de saúde e de precarização da vida. (DIEHL, 2021)

Passamos por um forte processo de implementação do liberalismo pelo governo Bolsonaro, portanto, a questão que precisamos ressaltar é que essa noção de liberdade contrapõe toda a proposta da Análise de Discurso, visto que

A liberdade no liberalismo defende que os indivíduos têm o direito de fazer suas próprias escolhas, como, por exemplo, para onde ir, qual profissão seguir, onde morar, do que se alimentar, como se expressar, entre outros fatores. (STUART MILL *apud* LEIBÃO, 2015, p. 259)

No entanto, a liberdade defendida pelo liberalismo é inalcançável dentro da proposta da não-subjetividade e das dimensões do sujeito do inconsciente. Na medida em que se estabelecem tais critérios como doutrina de governo, precisamos pautar as problemáticas desta e de suas consequências deletérias para a sociedade brasileira.

Safatle (2021) demonstra como os valores morais são mobilizados em uma sociedade para difundir e fortalecer a perspectiva liberal. A mobilização de processos psicológicos levou nossa sociedade a um discurso econômico moralizador que imputa no sujeito uma pretensão autodeterminação de suas condições sociais, mas, que pela nossa perspectiva são históricas, e nunca, individuais. Safatle continua:

É cada vez mais evidente como lutas políticas tendem a não ser mais descritas a partir de termos eminentemente políticos, como justiça, equidade, exploração, espoliação, mas através de termos emocionais, como ódio, frustração, medo, ressentimento, raiva, inveja, esperança. (2021, p. 17)

Essas questões aprofundam as condições extremas de desigualdade em nossa sociedade e que precisam ser compreendidas como oriundas de formações sociais determinadas e que constituem práticas sociais, cuja falta de evidência, prejudica a possibilidade de combater seus processos produtivos, logo, isso justifica um movimento de desnaturalização. Desse modo, torna-se possível identificar, analisar e avaliar seus elementos constitutivos. Essa incompreensão submete os sujeitos sociais a sofrimentos não observados, e conseqüentemente, naturalizados, como afirmamos acima.

Aceitamos a complexidade da dimensão psíquica do ser humano e que é, infelizmente, pouco compreendida em termos sociais, governamentais e institucionais. Não são considerados seus elementos constitutivos ou a maneira em que, inserido na lógica social, tornam-se sujeitos submetidos a sofrimentos com consequências deletérias para sua subjetividade.

Dito isto, precisamos salientar que a psicanálise é uma teoria muito disseminada no mundo e, principalmente, uma ferramenta conceitual que desnaturaliza os eventos psíquicos, problematizando-os e dando-lhes sentido a partir de correlações desencadeadas pela estrutura da linguagem (LACAN, 2012). Sua principal finalidade consiste em desvelar as categorias inconscientes do sujeito (FREUD, 1980). Nesse recorte epistemológico, tem-se um aparato conceitual para a análise deste sujeito e de seu modo de ser em sociedade.

Por isso, é muito caro perceber as nuances pelas quais a linguagem é investida de tanta potência produtiva. Como afirma Maurano (2010, p. 18): "[...] o universo de linguagem é também o universo da mais absoluta arbitrariedade, afinal as palavras não são as coisas, e seu sentido deixa sempre margem a diferentes interpretações." Os valores pelos quais condicionamos, muitas vezes às cegas, a vida de um país, não tem o poder de proteger seus cidadãos das vicissitudes da vida social.

Ainda, no que se refere à linguagem, temos a uma releitura de Saussure e de Freud, com ênfase dada a eles por Lacan, para reescrever uma psicanálise que redefinirá um inconsciente que se estrutura por meio da linguagem (LACAN, 2012).

Entende-se também a importância da Análise de Discurso Francesa, com os estudos de Pêcheux (1988), ao perceber que o inconsciente psicanalítico e os aparelhos ideológicos de Althusser convergiam para uma linha teórica imprescindível para o estudo do discurso enunciado pelo sujeito assujeitado; além das contribuições de Foucault (2012) que compreenderá a complexa subjetividade do ser humano inserido na sociedade e influenciado por instituições e relações de poder.

A presente dissertação teve uma trajetória de pesquisa tendo em vista a linguagem como categoria fundamental para a Análise de Discurso e à Psicanálise, mais especificamente, no que se refere a Psicanálise na abordagem de problemas sociais e políticos que afetam e geram sofrimento psíquico e emocional no sujeito em situação de vulnerabilidade social.

Para uma psicanálise compreendida no contexto social entendemos que sujeito, sociedade e política estão imbricados. Sendo a linguagem humana aquilo que se estabelece entre o eu e o Outro, o uso desses dispositivos conceituais são essenciais para a referida pesquisa. Portanto, questiona-se como a linguagem em seu uso pela psicanálise poderá contribuir para a análise das condições críticas nas quais vivem o sujeito produto da vulnerabilidade.

1.1 Justificativa da pesquisa

A Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (BRASIL, 1993), Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, dispõe em seu artigo 1º que a Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado. Além disso, ela é estabelecida como Política de Seguridade Social não-contributiva, que intenta a provisão dos mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade.

A referida lei tem o objetivo de garantir os mínimos sociais, isto é, emprego, saúde, educação, dentre outros, afim de assegurar a subsistência da população, além de criar os fundamentos para o desenvolvimento da Política Nacional de Assistência Social – PNAS que, por sua vez propõe mecanismos técnicos operacionais para a constituição do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Desse modo, cabe-nos mostrar a garantia e a proteção que a Política Nacional de Assistência Social – PNAS intenta para todo e qualquer cidadão:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, 2004, p. 33)

Essas ações visam ao atendimento das necessidades básicas da população, como a proteção social, a garantia da vida, da proteção à família, à infância, à maternidade, à adolescência, à adultez e à velhice; também é objetivo da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS a integração de pessoas ao mercado de trabalho e a defesa de acesso à um conjunto de provisões socioassistenciais (BRASIL, 1993). No entanto, mesmo após décadas de vigência desta lei, ainda nos deparamos com enormes índices de desigualdade e outras complexas situações vivenciadas pela população brasileira (ANFIP, 2018).

Se lançarmos um olhar mais atento e aprofundado, perceberemos que de acordo com dados do Cadastro Único para Programas Sociais⁴, atualmente, o Brasil possui mais de 21 milhões de famílias vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza (BRASIL, 2023), com renda *per capita* familiar inferior a R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), isso equivale a

⁴ Cadastro Único para Programas Sociais (BRASIL, 2023) é uma Plataforma do Governo Federal que inclui famílias de baixa renda, ou seja, que recebem até três salários mínimos com o objetivo de atender as provisões socioassistenciais da sociedade brasileira com a concessão de benefícios como o Bolsa Família, por exemplo, dentre outros programas.

aproximadamente 60 milhões de brasileiros. Uma das consequências dessa vulnerabilidade econômica é a violação de outros direitos constitucionais, como prejuízos no acesso à renda mínima, à alimentação, ao lazer, à moradia e à cultura, além de outras situações de vulnerabilidade social, como o racismo e/ou a discriminação étnico-racial. Sendo assim notória a incapacidade governamental em atender a enorme demanda da sociedade brasileira por assistência social, bem como preconiza a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1948), quando em 1948 com o objetivo de garantir a todas as pessoas o mais elevado nível de saúde, define saúde como o completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doenças.

Em relação a cidade de Manaus podemos afirmar que funcionam, atualmente, 20 (vinte) Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, para atender uma demanda de 252.000 (cento e noventa e duas mil) famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (IBGE, 2022). Ainda de acordo com este instituto, esse número aumentou de 2020 para 2022, passando de 30,5% para 38,6%. Quase 40% da população manauara precisa de Proteção Social, um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

1.2 Relevância social e pessoal

Considerando que a inexistência de assistência efetiva para essas famílias ocasiona inúmeras consequências e agravos psíquicos que serão desencadeados em suas dimensões emocionais, compreendemos que tais sofrimentos precisam ser evidenciados nos aspectos intra e interpessoais. A materialização de tais questões por meio da linguagem e pela identificação das marcas percebidas nos discursos enunciados por uma dada família na referida situação de sofrimento permitirá que o objeto desta pesquisa seja compreendido pelos dispositivos teóricos discursivos e psicanalíticos.

Entendemos que as exposições e análises do discurso de uma dada família conduzirão a sociedade e as instâncias governamentais à percepção do quão significativo é a dimensão de dor e sofrimento que acomete toda a família que enfrenta as situações de não aplicabilidade efetiva das políticas públicas socioassistenciais.

Evidencia-se que o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é um dos principais locais em que esses sofrimentos são expostos. Nos atendimentos psicossociais ou nos estudos de caso das famílias que buscam por assistência nesses equipamentos, basta um olhar clínico de um psicólogo para facilmente se identificar sinais de desesperança, hipobulia, hipotimia, abulia, ansiedade, irritabilidade, depressão, desamparo, desespero e angústia. Isso

se não considerarmos reações físicas como *acting out*, agressividade, impulsividade, explosões coléricas, surtos psicóticos breves⁵, dentre tantos outros sintomas que reiteram a dimensão do sofrimento que as famílias brasileiras, e obviamente, a manauara, vivenciam diariamente devido suas imersões (sem expectativa de saída) nas situações de vulnerabilidade e risco social.

Por ser técnico de referência, trabalhador do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, lotado em um dos 20 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, da cidade de Manaus, percebo com nitidez as dimensões desse sofrimento. A ausência concreta de um retorno socioassistencial do governo, aprofunda ainda mais a desesperança das famílias. Vale ressaltar que mesmo para uma família de classe média, cujo provedor ou provedora tenha sido demitido, o CRAS é porta de entrada para mantê-la fora do risco social. Apesar de poucos conhecerem a amplitude da política de assistência, ela se constitui como um Sistema Único de Assistência Social – SUAS, ou seja, seu objetivo é garantir a Proteção Social da população, como qualquer cidadão teria acesso ao Sistema Único de Saúde – SUS quando assim necessitar.

Em muitos aspectos, a assistencial social se configura como política indispensável para a sociedade. Essa importância legal deveria ser respeitada pela esfera governamental. No entanto, os números expostos anteriormente, expressam o grande descaso em que nossa população se encontra, o desrespeito a seus direitos conquistados e construídos ao longo de décadas.

Muito nos impressiona, em nosso cotidiano, a dimensão em que essa política é negligenciada. Tanto em questões estruturais como a inexistência de um quantitativo necessário de equipamentos para atender a grande demanda da população manauara, quanto o diminuto corpo técnico de profissionais do SUAS (assistentes sociais, psicólogos, antropólogos, advogados, educadores sociais, dentre outros).

O descumprimento dessa política é denunciado em Conferências Municipais, Estaduais e Federais, sem nenhuma consequência advinda dos órgãos de fiscalização. Os trabalhadores desta política encontram-se, atualmente, em total abandono, trabalhando em prédios insalubres, com infiltrações, com vencimentos salariais defasados e na expectativa de ter o mínimo para executar um trabalho digno, em segurança, sofrendo assaltos nos equipamentos sociais, à mercê de traficantes e criminosos. Estamos adoecidos

⁵ Sintomatologia inerente a determinados tipos característicos de transtornos mentais, tendo em vista seu tempo de duração, prevalência e ocorrência, podendo, conseqüentemente, serem vinculadas a alguma patologia psicológica (DSM-V, 2014)

emocionalmente pela negligência e esquecimento e as condições físicas expostas mimetizam o descaso.

Além do sofrimento percebido nas expressões faciais, na leitura corporal dos usuários deste serviço, adentrar nas dependências de um CRAS é como se a sociedade voltasse no tempo, e houvesse submergido em uma dimensão completamente alheia à realidade. Um equipamento socioassistencial deveria ser um lugar de conforto e acolhimento, no entanto, as paredes descascadas, mofadas, manchadas pela infiltração, nos coloca em situações precárias de trabalho.

Tais relatos precisam reverberar e sair destas folhas, das prateleiras de uma biblioteca acadêmica, dos arquivos e mídias eletrônicas. A relevância de nosso trabalho é levar a dor dos usuários a uma dimensão além da experiência singular e momentânea. É mister que a dor do outro seja percebida e, principalmente, entendida.

Não queremos dar voz. Todos os nossos usuários possuem vozes, eles falam por si, ou ao menos, a partir de uma formação discursiva. Mas, independentemente disso, seus corpos violados e suas mentes adoecidas precisam ser mais que um grito ao vento cuja brisa leva para longe dos ouvidos institucionais. Eles são provas, são evidências, que este trabalho objetiva analisar, entender e divulgar.

Meu desenvolvimento pessoal sempre levou em conta leituras diversas em filosofia, psicologia, psicanálise, literatura e curiosidades em geral. Estudar para concurso público era algo comum, mas nem sempre atrativo. No entanto, ingressar na assistência social foi um acontecimento impreterível para que minhas próprias formações discursivas passassem por mudanças significativas.

Desde junho de 2016, trabalho com famílias apresentando os mais diversos casos e situações. Escutar os relatos de cada uma, referenciá-las de acordo com suas respectivas demandas não era suficiente. Fazia-se necessário entender a raiz de todo aquele contexto, de todas as condições discursivas que levaram aquelas famílias a vivenciarem, cotidianamente, com toda a naturalização que Durkheim⁶ teorizou no método sociológico, as mais diversas violações de direitos.

Tanto a atuação de um psicólogo quanto a do assistente social no CRAS é algo muito específico, de modo geral, escutamos a família ou o usuário. Em seguida, observamos e elencamos as possíveis redes intersetoriais ou socioassistenciais que atendam às suas

⁶ O autor da obra “O método sociológico” incentiva os pesquisadores a realizarem o que ele chama de ruptura epistemológica objetivando elaborar um discurso sobre a realidade social de forma científica e desnaturalizada (DURKHEIM citado por JOURDAIN et NAULIN, 2011).

necessidades. Dependendo da complexidade das vulnerabilidades, iniciamos acompanhamentos continuados e, todo um trabalho de sentido, vinculação, ou o que chamaríamos de *rapport* (em psicologia, o *rapport* é uma técnica que consiste na criação de uma relação de empatia com outra pessoa), é construído para que as nuances sociais, e toda a tessitura que desencadeou e levou uma dada família estar em vulnerabilidade, seja, por ela, contornada, no entanto, tudo é bem mais complexo do que se imagina.

Porém, o olhar atento de um profissional cuja atenção flutuante penetra nas entrelinhas discursivas fez com que tais formações fossem percebidas. Toda família que adentrava ao CRAS estava em alguma condição de sofrimento psíquico.

Talvez, muitos questionem se o objetivo desse trabalho está, de fato, vinculado a área das teorias da linguagem, e conseqüentemente da Análise de Discurso. Para sanar tal dúvida, remontamo-nos para Orlandi (1999) ao afirmar que a partir da materialidade dos processos de significação e constituição do sujeito, a construção do dispositivo analítico do pesquisador deve se referir à compreensão do seu domínio disciplinar.

Entendemos e sentimo-nos autorizados a mergulhar nas tessituras discursivas para desenvolver nosso trabalho ao passo em que Orlandi (1999) abre as portas para que outras áreas do conhecimento, no caso em questão, a psicologia, faça parte dessa construção teórica. E nisso, intentamos por criar um terreno para compreender a dimensão do sofrimento e a reconstituição de seus processos de formação.

Percorremos o quadro em que o sujeito produto da vulnerabilidade foi constituído, isto é, um sujeito fruto do liberalismo, do capitalismo e de inúmeros processos de naturalização. Perpassamos o marco legal que sinaliza a atuação da Política de Assistência Social e sua impreterível relevância para o combate à desigualdade no país. Finalizamos ressaltando o funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e que o sujeito usuário deste equipamento social está em sofrimento psíquico.

No próximo capítulo, *Análise de Discurso e Psicanálise*, desenvolveremos nosso marco conceitual e nos debruçaremos nos conceitos discursivos e psicanalíticos para construir o dispositivo teórico que fundamenta nossa pesquisa.

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DE DISCURSO E PSICANÁLISE

No presente capítulo, realizaremos uma breve abordagem do surgimento da Análise de Discurso, assim como traremos para o diálogo pressupostos teóricos da ideologia althusseriana, as noções de discursos da perspectiva de Pêcheux (1988; 1997), Foucault (1979; 2001; 2012) e Orlandi (1999; 2006), e para encerrar, arrolaremos conceitos psicanalíticos freudianos (1980; 1996; 1996) e lacanianos (1979; 2005; 2012) concernentes ao que nos propomos analisar, isto é, o sujeito do inconsciente em sofrimento psíquico.

A Análise de Discurso Francesa é um domínio de conhecimento desenvolvido pelo filósofo Michel Pêcheux (1988), desde o fim da década de 1960 até a década de 1980. Nela se identifica uma convergência de conhecimentos como a linguagem, o discurso, a ideologia e o sujeito.

Ao considerarmos o contexto histórico para a Análise de Discurso que Pêcheux propõe, nesta, temos em vista aspectos políticos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, o uso, então, do sentido de semântica propositalmente discriminado pela corrente linguística estruturalista hegemônica (PÊCHEUX, 1997).

Além de todo o percurso epistemológico em que a Análise de Discurso é desenvolvida, temos ainda a necessidade de reconhecer sua origem filosófico-analítica, assim como as questões da luta conceitual entre lógica e retórica. E pensar nesses termos, em Pêcheux (1988), significa reconhecer que as estruturas lógicas dos enunciados são impreteríveis para a compreensão e o entendimento da realidade recortada pelo sistema linguístico, porém, sem detrimento da dimensão semântica.

Não há produção de conhecimento sem o reconhecimento da produção histórica de uma formação ideológica e social determinada. O sentido está atrelado ao contexto, inevitavelmente, como reconheceria Wittgenstein (1999), mais tarde, em sua obra “Investigações Filosóficas”, em que ao focar no referencialismo e no perfeccionismo lógico em vista de uma tradição platônica, preteriu o contexto para a construção de sentido. Ou seja, entenderá que a exatidão de um significado é relativa e atrelada a um determinado contexto, e que objetivar uma adequação circular para as palavras é um ideal inalcançável.

Os estudos da linguagem pela perspectiva filosófica influenciaram o surgimento da Análise de Discurso. Essa dimensão do contexto segundo Orlandi sobrepôs um referencialismo e um sentido universal da palavra gerando uma problematização necessária para a constituição do discurso,

Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com o sentido e com o político. (ORLANDI, 1999, p. 9)

A confrontação com nosso objeto de pesquisa acaba sendo inevitável. Não há como não nos sentirmos impelidos como seres socialmente conviventes à análise de nossas condições sociais, políticas, econômicas e subjetivas de constituição da realidade. A partir de Orlandi (1999), percebemos a responsabilidade de nossas ações, em compreender a maneira como a tessitura social enreda o sujeito em dadas condições de existência. Entendemos que a Análise de Discurso nos coloca na posição de reflexão do mundo, da linguagem e da tomada de consciência da vida comunitária.

Nesses termos, Orlandi (1999) nos impele para a imprevisibilidade da relação do sujeito com os sentidos, com as interpretações que fazemos do mundo, e do controle histórico dessas interpretações. Sobre quem pode ou não exercer essa atividade interpretativa, a quais interesses elas objetivam atender, e de que forma a Análise de Discurso pode operar determinados dispositivos para inteligir essa conexão entre sujeito, linguagem, história e ideologia, conceito que desenvolveremos a seguir.

2.1 Ideologia

“Ideologia. Eu quero uma pra viver.”

Cazuza

Iniciando nossa compreensão teórica do termo ideologia criado por Destutt de Tracy, segundo Eagleton (1997), que tinha por finalidade designar a análise das sensações e das ideias, perceberemos que não necessariamente queremos, como ironicamente Cazuza afirma em sua canção, mas somos obrigados a nos assujeitar à operacionalidade que ela desencadeia em nossa realidade interna e externa. Nas decisões mais simples do dia, como escolher a marca de café que iremos tomar pela manhã, da roupa que “decidiremos” usar para ir ao trabalho, do estilo de vida que “assumiremos” ter de forma “autônoma” e “independente”. Que a ideologia nos é cara em demasiado para nosso trabalho, disso não temos dúvida, portanto, debruçaremos esforços contundentes para desanuviar seu entendimento.

O conceito de ideologia, desenvolvido por Pêcheux, será diretamente influenciado pelas formulações de Althusser (2003). Toda a formação discursiva de um dado sujeito, passará pela formação ideológica deste. Logo, a ideologia será sempre constituída por mecanismos que permitem o funcionamento de práticas sociais, sendo assim um conjunto de enunciações que possibilitam a reprodução de inúmeros modos de ser.

Althusser (2003) faz uma análise minuciosa sobre o sentido de ideologia para Marx, de seu livro “A ideologia Alemã”. Neste, entende-se a ideologia como um sonho ou uma ilusão, vista como uma formação imaginária disposta de maneira arbitrária e desordenada. Constituída por uma ausência de historicidade, ou seja, aquilo que a constituía eram histórias de indivíduos concretos que produziam materialmente suas existências. Compreendemos que a ideologia, portanto, não possuía história.

No entanto, Althusser (2003) afirma que a ideologia é eterna, exatamente como o inconsciente. E que tanto ideologia quanto inconsciente, possuem um tipo de relação específica. Certamente, não transcreveremos todas as formulações althusserianas, mas reestruturá-las em nossa abordagem parece-nos pertinente e necessário.

Em sua análise, existem duas teses sobre a ideologia: a primeira que enquanto representação do imaginário constitui-se a partir de certas condições de existência do sujeito. Significa dizer que ela possui uma dimensão interpretativa para que se compreenda que realidade é encontrada subjacente a uma dada ideologia: “A representação imaginária do mundo encontrada na ideologia são as condições de existência dos homens [...] seu mundo real.” (ALTHUSSER, 2003, p. 127).

A segunda tese althusseriana (2003) faz referência a um entendimento de que a ideologia possui existência material. Isso significa dizer que sua constituição se dá a partir de práticas comportamentais. Acontece que uma inversão do sentido da palavra ideia surge com o tempo. E isso é um conflito conceitual entre os defensores do idealismo em contraposição aos do empirismo. Uns acreditam que as ideias produzem comportamentos, e outros, inversamente, que os comportamentos produzem ideias (concepção esta defendida por Althusser, por isso a apologia pelo materialismo).

Se pudermos ser mais concisos, corramos para a conclusão althusseriana de que as práticas comportamentais oriundas dos aparelhos ideológicos interpelam os indivíduos em sujeitos, assim, afirmará que não existe ideologia sem sujeito. “Toda a ideologia tem a função de constituir indivíduos concretos em sujeitos” (ALTHUSSER, 2003, p. 132). Todos somos, historicamente, sujeitos ideológicos. Mesmo antes do nascimento, já nos antecede um ritual ideológico sobre a criança. Terá um nome determinado, uma educação determinada,

uma sexualidade determinada, assim como uma identidade que será construída a partir do aparelho ideológico familiar.

Pêcheux (1988), por sua vez, define a ideologia como constituinte de duas formas. Uma enquanto processo produtivo que tem por finalidade constituir a efetivação produtora e distribuidora de significados e sentidos, criando uma cadeia e destinando-a para uma função semântica. De modo geral, ela tem como objetivo ligar a significação à realidade a partir de arranjos e combinações de conceitos, possibilitando o que ele chamaria de Realização Técnica do Real. O que desencadeia em uma correspondência com ar de realidade e veracidade.

A outra forma de ideologia possui um caráter especulativo e não mais empírico, que conduzirá as relações de produção com a finalidade de criar relações naturalizadas entre os sentidos, constituindo uma organização de normas e regras. Esta assegura aos seus agentes suas posições determinadas pelas formações sociais. Passam a adquirir um caráter imanente, como que inseparável de sua natureza originária, (Pêcheux *apud* Siqueira, 2017).

Ao analisarmos acentuadamente essa característica imanente, torna-se possível correlacionar o funcionamento ideológico como determinante para a manutenção de práticas sociais. Não é uma atividade ou um exercício intelectual brando compreender as origens do funcionamento ideológico. No entanto, Nietzsche (2002) nos presenteia com formulações interessantes quando em “A Genealogia da Moral”, partirá da axiologia, ou seja, o estudo dos valores para instruir as relações entre “bom” e “mau”.

De maneira geral, Nietzsche (2002) compreende a moral como originária do sentimento de superioridade. Os aristocratas, isto é, aqueles que exerciam o poder a partir de um grupo específico, cunharam e fixaram seu agir como “bom”, em oposição a tudo que era comum e ordinário. Esse distanciamento pode ser compreendido como uma forma de estratificação, e conseqüentemente, diferenciação entre grupos pertencentes a um campo social.

Nosso trabalho não objetiva aprofundar as relações entre ideologia e valores morais, no entanto, a referida correlação nos conduz a certa compreensão de que o processo discursivo se dá em condições de conflito, de modo agonístico (NIETZSCHE, 2006). São formações discursivas que pleiteiam o direito de serem exercidas e praticadas por uma dada camada da sociedade. O que acabou sendo atualizado nos acontecimentos desta estrutura social foi o discurso que operacionalizou os conceitos que colocaram em prática os mecanismos de funcionamento da ideologia, como afirma Pêcheux (1988).

Retomando pela perspectiva pecheutiana, esse duplo funcionamento ideológico não é neutro nem indiferente. Ele acoberta a descontinuidade ideologicamente, cobrindo um terceiro elemento que não é lógico nem linguístico, e que coloca em funcionamento o pré-construído (exterioridade-anterioridade), dando evocação ao elemento pensável, afirma Pêcheux (1988), conceito que será abordado no decorrer deste trabalho.

Tal descontinuidade penso ter sido bem localizada quando ressaltamos a dimensão da formação de valores. Um grupo, a partir da condição gregária constitutiva do ser, rogou para si, a propriedade do valor de sua ação como “boa”. O esquecimento de que alguém deu a si o caráter originário, completamente especulativo, de suas ações, desencadeou a atualização das formações discursivas que vincularam os sentidos de seu agir.

O atributo eidético, isto é, essencial dos sentidos, é ilusório. Não existe essencialidade naquilo que uma determinada formação discursiva, afirma Foucault (2012). Seu sentido está nas regras que permitem a sua emergência, logo, não é possível compreender um caráter unitário para o discurso a partir de sua coerência interna, ele reitera apenas suas próprias regras e normas, sendo necessário compreendê-las a partir de uma lei ou um sistema de dispersão ou repartição, assim como em seu jogo de aparecimento (Pêcheux *apud* Siqueira 2017).

Poderíamos ainda correlacionarmos o sentido de normalidade que Foucault (2001) desenvolve em “Os Anormais” com a dimensão do funcionamento ideológico e os valores aristocratas? Compreendemos a aversão de Foucault em relação à ideologia, mas não nos parece distante perceber que a formação do conceito de anormalidade possa designar a constituição do sentido de louco a partir da psiquiatria do século XIX, e essa definição assemelhasse à constituição do sentido de “bom” das ações aristocratas. O anormal, o louco ou o plebeu (o mau) seriam aqueles que não estão dentro da ordem discursiva, daquilo que pode usufruir de existência e liberdade. Parecem coincidir o funcionamento ideológico na operacionalização de conceitos e aquilo que pode circular como afirmaria Foucault (1996) em “A Ordem do Discurso” ao definir os Controles Internos e Externos do Discurso.

Para Pêcheux (1988), a ideologia tem o trabalho de constituir evidências, colocando o sujeito na relação com o imaginário e com suas condições materiais de existência, segundo Orlandi (1999). Essa relação entre imaginário nos remonta às teorizações de Lacan. Para Lacan (2012), estas são formas de recepção da exterioridade medida de forma unilateral. A dimensão da alteridade passa despercebida o que causaria um prejuízo na capacidade humana de simbolização. Bem verdade que para a psicanálise simbolizar é um trabalho forte da psiquê em relação psicodinâmica fundamental para constituir a realidade psíquica do sujeito.

Lacan aparentemente não vai além da dimensão psíquica a esse respeito. Pêcheux, por outro lado, compreende que essa simbolização é inconsciente e diretamente ligada à ideologia. Cria modos de relações de produção de sentido e falsa percepção de autonomia, possibilitando a relação entre linguagem e mundo.

Nesse ínterim poderíamos até compreender o distanciamento entre Lacan e Pêcheux. Para a psicanálise lacaniana (2012), as interpretações levariam o sujeito a novas interpretações, não havendo possibilidade de aceitação da ausência constitutiva de sentido oriunda do objeto. Pêcheux (1997), por outro lado, vê no trabalho da interpretação, possibilidades e condições para novas constituições e formações discursivas. Foucault (2012) também compreenderá que após o encadeamento de certas regras de formação, em seu sistema de dispersão, a interpretação era necessária justamente para o surgimento de novas possibilidades discursivas.

Orlandi (1999) ressalta, retomando os princípios fundamentais da ideologia, que ela é efeito da relação entre sujeito, língua e história, portanto, afirma ser desse modo que se constituem os sentidos. O efeito da ideologia é a própria constituição do sujeito. O surgimento do ser acontece devido a interpelação do indivíduo que agora tornou-se sujeito. A interpelação pela ideologia que causa o apagamento da língua inscrita na história possibilita o aparecimento do sujeito, ou seja, o assujeitamento ideológico é a própria constituição do indivíduo em sujeito. Mas ressaltaremos esses conceitos mais adiante.

A característica da ideologia é dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, possibilitando a formação de um tecido de evidências de sentido, ou seja, aquilo que permite a palavra designar coisas. Tais evidências criam a realidade como um sistema de significações que funcionam a partir do esquecimento (ORLANDI, 1999).

Mesmo que para Foucault (2012) a ideologia tenha sido abandonada como um constituinte social humano em troca da noção de poder, nosso ponto nos remonta, mais uma vez a ele visto que a ideologia precisava ser analisada como prática discursiva e não como algo usado conscientemente pelos sujeitos.

Para exercer tal análise é substancial compreender as formações discursivas que possibilitaram a existência da ideologia, assim como seus conceitos, objetos e enunciações. A ideologia precisa ser encarada como um constituinte necessário para entendermos a realidade humana, tendo em vista as contradições desta, suas falhas teóricas que constituem uma dada ciência, sua positividade, e suas relações e regras de formação. Não há como anular a relação do discurso com a ideologia, devendo enfatizar seus sistemas de formação e retomá-la como prática de discursividade.

Compreende-se, assim, que o funcionamento interno da ideologia a partir de uma dada sociedade cria condições de possibilidade para as formações discursivas. Seus modos de significar e de relacionar os sentidos de uma formação social, demonstram o papel fundamental que esta possui no campo social. A normatização e conseqüente naturalização das relações sociais de produção, desencadeiam num campo de possibilidades discursivas. A dimensão ideológica cria as condições necessárias para a circulação e produção do processo discursivo.

Esperamos ter contornado o melhor possível do valor que esse conceito possui. Pode ter ficado evidente que na verdade não queremos uma ideologia para viver, mas, pelo contrário, somos impostos a absorver formações ideológicas desde antes de nosso nascimento, logo, precisamos compreender a maneira que a ideologia operacionaliza nossas ações e entendermos nossa posição dentro de seus diversos espectros de funcionamento, atualmente, institucionalizados.

2.2 Discurso

“Procuo uma palavra que me salve
 Pode ser uma palavra verbo
 Uma palavra vespa, uma palavra casta.
 Pode ser uma palavra dura. Sem carinho.
 Ou palavra muda,
 molhada de suor no esforço da terra não lavrada.
 Não ligo se ela vem suja, mal lavada.
 Procuo uma coisa qualquer que saia soada do
 nada.”

Viviane Mosé

Quando a filósofa Viviane Mosé escreveu a poesia em epígrafe, penso nas circunstâncias em que todo seu aparato teórico, empírico, situacional e espiritual convergiu, no plano do inconsciente, para tentar transcender o sentido da própria palavra. A questão mimética constitutiva do ser é essa tentativa da palavra em dar conta do real. Essa dimensão metalinguística, ou seja, da palavra falando da palavra, é o que encontramos aqui.

Se pensarmos em termos literários, a arte não é considerada mentira por não ser verdadeira. Welck e Warreno (2003) afirmam que oposto de ficção não significa verdade, mas um fato que possui existência no tempo e no espaço. Ou seja, essa questão literária pode

ser de origem semântica e, sem dúvida, discursiva, visto que essa ficção faz surgir em si, em sua constituição, um reflexo da realidade.

Não trazemos aqui, elementos literários de forma comparativa/depreciativa. Uma coisa que nos foi bem introduzida durante o cumprimento das disciplinas do programa de pós-graduação foram as relações necessárias entre literatura e sociedade. As compreensões que Malinowski (1978) desenvolve em afirmar que os mitos não podem ser compreendidos fora de seu contexto, e que este tem uma força e função cultural operante, por exemplo. Nos interessa perceber que a arte é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização, isto é, a poesia da Viviane Mosé objetivou organizar o plano da ilusão (imaginário lacaniano e pecheutiano), tornando a realidade do mundo inteligível ao espírito.

Essa é a função da alma, da nossa psiquê, e a arte (*teckné*) poética (*poiesis*) produz e dá vida a certa racionalidade discursiva, segundo Aristóteles citado por Penna (2017). A poesia passa a ter racionalidade compreendidas como uma espécie de saber ou como um tipo de ciência poética que produz a realidade.

Espero que estes parágrafos nos introduzam na nossa temática, o discurso, já que nos aventuramos na poesia, na arte e na literatura para compor minimamente um contexto que nos permita entender o valor do discurso para a Análise de Discurso Francesa.

A palavra discurso corresponde, em grego, à *dianoia* que designa uma ação racional que tem por finalidade criar conclusões por meio de premissas concatenadas, segundo Abbagnano (2006). Esse encadeamento serve para dar razão, ou racionalidade, ao que se pretendia afirmar sobre algo, ou seja, reduzia-se a linguagem ao funcionamento das proposições.

A partir disso surgirá a lógica, a ordenação em si, já desordenada (do mundo), mediante premissas, princípios de identidade, de não-contradição e do terceiro-excluído, isto é, se uma coisa não é nem isso, nem aquilo, ela só pode ser outra coisa diferente. Para Aristóteles (2007) o termo será tratado como *dianoética* a fim de indicar as virtudes próprias da parte intelectual da alma, sendo tais virtudes: a arte, a sabedoria, a sapiência e o intelecto.

Nosso empreendimento abordou a perspectiva aristotélica do conceito de discurso, para que se perceba o uso da razão como forma de entendimento do mundo real. No entanto, o discurso para nosso trabalho tem finalidades específicas e constitui-se a partir de formações sociais que possuem correspondência na realidade concreta. Claramente, não deixa de ser um exercício da razão, mas não no sentido metafísico, visto que esta pesquisa desenvolverá uma perspectiva da historicidade desta razão que se expressa em processos discursivos.

Hegel (2001) desenvolve uma percepção da racionalidade mais aproximada do que se pretende compreender por discurso. Para ele o exercício da racionalidade é uma tentativa especulativa de apreender a totalidade do processo histórico, ou uma estruturação do real a partir de uma exteriorização da reflexividade que a razão, quando bem constituída, pode realizar. Aqui, parece que chegamos num ponto considerável em que as concepções pecheutianas e foucaultianas tem certa convergência com a hegeliana.

No tempo em que era estudante de psicologia e filosofia, uma das definições mais instigantes que me foi possível buscar elucidar foi a de discurso. Os atendimentos psicossociais sempre se estabeleciam pela palavra, enunciada a partir de um sujeito, alocado numa posição social. O lugar que me era assumido dentro do diálogo parecia constitutivo da minha formação de psicólogo, e complementado pela de filósofo. Com o passar do tempo, vamos percebendo que esse lugar é fluido, alternando-se essa posição de detentor do conhecimento que seria desenvolvido no processo terapêutico dentro da sessão, das orientações, das sistematizações e das construções de sentido que se produzia nesse contexto psicólogo-paciente.

Na assistência social, o discurso é o meio pelo qual os usuários da política expressam suas demandas, expõem seus pensamentos e sentimentos, dentro da realidade na qual estão inseridos. Nesse contexto, meu papel de psicólogo e observador analítico desses discursos não equivale ao tratamento terapêutico. Na assistência social, nosso fazer significa criar um ambiente de escuta e acolhimento, em que um estudo social das dimensões do sujeito inserido na lógica capitalista possa ser compreendido e recebido. O elemento que evoca algum tipo de insatisfação com a vida, com a própria condição de vulnerabilidade são trabalhados enquanto referencial de compreensão da esfera social e institucional, e para qual equipamento o referido sujeito precisa ser encaminhado.

Esse discurso será sempre enunciado a partir de dadas condições sociais de produção. Criam-se formações imaginárias nas quais o sujeito se insere sem observar sua posição historicamente determinada. Pêcheux (1988), assim ressalta, a partir desta, a noção de esquecimento. Nela o sujeito se compreende como um produtor e distribuidor de sentido, apesar de não o ser. Esse esquecimento é entendido pelo usuário que se vê como responsável direto pela condição social em que se encontra. O esquecimento empírico e especulativo são duas noções nas quais os processos metonímicos e metafóricos executam-se, constituindo uma dimensão organizativa de significantes gerando estruturas que fortemente influenciarão a constituição da subjetividade dos sujeitos em vulnerabilidade.

Foucault (2012) afirma que o discurso é algo que atravessa o sujeito e sua fala assim como uma dada época em que este foi enunciado, o que ele chama de *a priori* histórico. Seu sentido não estaria em causas externas a ele, nem internas, mas em regras que permitem a sua emergência. Seu sentido estaria em suscitar estratégias de surgimento, colocando em funcionamento um jogo de conceitos determinados em vista de que esse sujeito desempenhe certos papéis. Assim, deve-se focar nas dispersões do discurso que permite cada enunciado ser único no momento de sua enunciação, sendo fundamental analisar as regras do sistema de dispersão de um dado discurso.

Nesses termos, entendemos que aquilo que um usuário na condição de sujeito em vulnerabilidade social, ao expor suas angústias, experiências de vida e frustrações, durante a escuta de seu atendimento psicossocial, passa a ocupar uma posição de sujeito dentro do discurso enunciado, que põe em funcionamento a reprodução de um sistema, isto é, da ordem (autorizada) do mundo visto que ela é preexistente, agrupando certos sentidos para assim colocar em exercício as regras que lhe permitem “existir” enquanto sujeito assujeitado pelas instituições que, em teoria, deveriam contribuir para criar estratégias e possibilidades de existência minimamente autônomas. Aqui acabamos por retomar a noção de formações imaginárias (possibilitadas pela ideologia), na medida em que o sujeito faz uma imagem de si mesmo, de seu interlocutor, e do objeto do discurso (ORLANDI, 2006).

Podemos considerar que a vulnerabilidade do sujeito é um objeto que tem seu aparecimento no seio da sociedade a partir de condições históricas de produção. Para Orlandi (2006), essas condições envolvem sujeito e situação, relacionando as circunstâncias da enunciação (o aqui e agora) e o contexto histórico-ideológico, num sentido *lato*. Ela está relacionada às instituições dentro de um feixe de relações complexas de processos econômicos, sociais, comportamentais, normativos, que mantêm uma permanência estável do sistema de formação do discurso que expressa o objeto em análise, isto é, a condição de vulnerabilidade. Foucault (2012) ressalta que poder e discurso operam simultaneamente, e que este funciona num campo de relação de forças.

Por tanto, existe uma característica dentro de uma dada formação discursiva que implica o sujeito visto como instrumento de realização de sentido, o interdiscurso do pré-construído. Este consiste na dimensão do impensado, sendo o conformador e antecipador do que pode ser dito. Ele cria a condição de possibilidade para o discurso. Assim, Possenti afirma que este conceito traz um conjunto de coisas já ditas anteriores à fala e serve como fundamento ao que será dito (POSSENTI *apud* SIQUEIRA, 2017).

Vale dizer que para Orlandi (1999, p. 15), “Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social, constitutivo do homem e da sua história.” A análise de discurso entende a linguagem como um mediador entre o ser humano e a realidade social. Essa mediação torna possível a permanência, a continuidade, o deslocamento e a transformação do ser humano e da realidade em que ele vive. A função simbólica do discurso está na base da constituição da existência humana. Assim, a Análise de Discurso não trabalha a língua como um sistema abstrato, mas, como forma de produzir sentidos e de significar elementos de uma sociedade.

Ao presenciarmos essa função simbólica, precisamos voltar a Lacan para entrelaçarmos alguns conceitos. Para Lacan (2012), o ser humano possui três formas de registrar a realidade que lhe são essenciais, ou seja, aquilo que viria a ser chamado de simbólico, imaginário e real.

Em Laplanche et Pontalis (2001), temos a asserção de que o simbólico designa os fenômenos psicanalíticos e são estruturados como linguagem. E que tal conceito foi estimulado por Lévi-Strauss (1978), visto que considerava a ideia de que existe uma ordem simbólica que estrutura e estabelece a nossa realidade interna. Fazendo referência, ainda, a Saussure, na medida que o significante linguístico, quando isolado, não possui ligação direta com significado, considerado por oposições diferenciais, ou seja, uma correlação feita com a teoria do valor e o simbolismo antropológico pelas teorizações lacanianas. Já Rappaport et al. (1992), afirmam que Lacan identifica o simbólico com a linguagem, e a linguagem, ao inconsciente. Tal linguagem, terá, incontestavelmente, a prevalência do significante, articulada por um sujeito preso a uma rede constituída de sentido.

Compreender bem os conceitos de uma teoria ou obra torna qualquer trabalho mais prazeroso e elucidativo. Isso significa dizer que uma boa apreensão de uma proposta muitas vezes exige algo mais. Por isso, gostaríamos de demonstrar o que nos parece necessário para entender esse sentido laciano de simbolismo, visto que o registro do simbólico é perpassado e condicionado pela linguagem.

Lacan (2012) faz alusão à origem do registro simbólico no ser humano ao focar em elementos instintivos dos animais. Para Lacan o interior de um ciclo de comportamentos instintivos torna-se no que se poderia chamar de “*metabolismo das imagens*”. Aqui Lacan faz referência à origem da atividade humana de simbolização. Uma satisfação imaginária está vinculada especialmente ao registro da sexualidade, estando ligada à desencadeadores que são de ordem imaginária. Deslocamentos internos realizam-se a partir de um ciclo de comportamentos que dão origem às formações imaginárias, interpretadas pelo registro

simbólico, e desse segmento pode-se assumir um valor socializado, isto é, com o sentido de exprimir algo na realidade do sujeito.

Porém, Lacan mesmo afirma a dificuldade em descobrir a origem da linguagem e que esse nunca foi seu real objetivo:

Naturalmente, a questão da origem da linguagem é um dos temas que melhor podem se prestar a delírios organizados, coletivos ou individuais. Não é o que temos a fazer. A linguagem está aí. É um emergente. Agora que emergiu, jamais saberemos quando nem como começou, nem como era antes que fosse. (2005, p. 24)

Todo esse material nos fez traçar uma vinculação entre os termos ideologia e o imaginário. Ambos são elementos que dão corpo e material para interpretação. A ideologia, a partir da dimensão do inconsciente, do interdiscurso e do esquecimento, estrutura a realidade interna do sujeito a partir de formações sociais específicas, o imaginário preenche a realidade do sujeito a partir de elementos que precisam do registro do simbólico para fazer sentido. Como se o imaginário fosse átomos que precisassem ser estruturados em forma de moléculas para constituir um elemento em si. Essa constituição é, então, realizada pelo simbólico.

Lacan (1979) nos traz, ainda, a perspectiva da palavra enquanto função do simbólico, constituída como um pacto que relaciona os sujeitos entre si. Toda a ação humana no mundo está fundamentada na existência de um mundo simbólico. Abordaremos a perspectiva psicanalítica lacaniana quando adentrarmos em psicanálise no decorrer deste trabalho.

2.3 Sujeito

“E eis que depois de uma tarde de
 “quem sou eu” e de acordar à uma hora
 da madrugada ainda em desespero —
 eis que às três horas da madrugada acordei
 e me encontrei. Fui ao encontro de mim.
 Calma, alegre, plenitude sem fulminação.
 Simplesmente eu sou eu. E você é você.
 É vasto, vai durar. O que te escrevo é um “isto”.
 Não vai parar: continua. Olha para mim e me ama.
 Não: tu olhas para ti e te amas.
 É o que está certo.”

Clarice Lispector

As circunstâncias pelas quais a Clarice Lispector se encontra e se perde, acorda de madrugada virada pelo avesso, e depois, recompõe-se como que se “nada” tivesse acontecido, parece-nos tão angustiante e curioso quanto compreender as dimensões da subjetividade, das tantas camadas cindidas pela instância do inconsciente, nas quais o ser se constitui, se destitui, e se reconstitui em um processo sócio-histórico-dialético complexo. Cabe-nos ainda fazer um breve elogio ao afirmar que a Clarice conseguia constituir em si, no seu modo de ser e por meio da capacidade produtiva que ressaltamos, anteriormente, sobre a poesia, na dimensão da *poiesis*, nos servir com toda a simplicidade, mas não sem a profundidade subjetiva com que nos falava de seu cotidiano.

Saindo um pouco da Clarice, e nos voltando para a história da filosofia, temos o termo sujeito com duas grandes linhas de formulação teórica. Uma em que o sujeito consiste naquele de quem se fala ou que se atribuem qualidades inerentes; outra em que é percebido como consciência, como aquele que determina o mundo do conhecimento. A primeira tem origem platônica (2007), pertencente à tradição filosófica. Já a segunda pertence à Kant, em que o sujeito é o eu que pensa, determina e condiciona toda a atividade cognoscível: “Em todos os juízos sou sempre o sujeito determinante da relação que constitui o juízo.” (KANT *apud* ABBAGNANO, 2000)

A noção que pretendemos abordar foge completamente dos conceitos clássicos que citamos acima. Abordaremos a teoria de sujeito para Michel Pêcheux ou melhor, sua teoria não-subjetiva do sujeito. Além de demonstrar suas aproximações e influências com as teorias de Althusser, Foucault, dentre outros.

Falar de sujeito é eliminar a sua função como produtor único de sentido. E para isso precisamos retomar o que dissemos em outros momentos deste trabalho sobre a ideologia. Porém, vamos, primeiro, analisar o diz Pêcheux, em “Semântica e Discurso”:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc. não existe ‘em si mesmo’ (isto é, sua relação transparente com a literatura do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, as expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir esta tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* [...]. Chamaremos de *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]. (PÊCHEUX, 1988, p. 149)

Quando Pêcheux afirma que uma palavra não tem sentido em si mesma, ele emprega uma crítica necessária à dimensão metafísica platônica da noção de sujeito, principalmente no que se refere ao uso restrito da razão enquanto capacidade humana de apreender à realidade. Somos capazes de apreender essa dimensão da realidade, no entanto, ela é estruturada de maneira contextual, vinculada ou atrelada a um dado momento sócio-histórico.

Detenhamo-nos em compreender o que nos disse Pêcheux, acima, no momento em que nos demonstra que o sujeito apenas será capaz de constituir-se como tal, na medida em que aceitarmos que ele somente poderá vir a ser quando entendermos sua posição específica vinculada a um lugar sócio-histórico determinado. Isso significa dizer que o sujeito é constituído por formações ideológicas que são por ele reproduzidas pelas formações discursivas. Assim os sujeitos passam a constituírem-se, isto é, são interpelados em sujeitos-falantes.

O sentido de uma palavra, expressão ou proposição se constituirá em uma dada formação discursiva. Isto nos permitirá compreender o que Pêcheux denominou de “domínios de pensamento” entendidos como pontos de estabilização e de produção de sujeitos. Para Pêcheux (1997), esses domínios se constituem sócio-historicamente, e é aquilo que viabiliza a identificação entre os membros de uma mesma formação discursiva. Isso nos possibilita afirmar que a formação discursiva é a fonte e a própria constituição do sentido.

Para Pêcheux (1997), esse complexo dominante é chamado de interdiscurso, constituído de uma contradição material objetiva que reside no fato de que quando algo é falado, é sempre falado antes, em outro lugar, e sob a dominação do complexo das formações ideológicas. Nesses termos, concluirá que o funcionamento da ideologia é o interpelar dos indivíduos em sujeitos. Sujeitos de seu próprio discurso, fornecendo a cada um deste uma realidade enquanto sistema de evidências e significações. Desse modo o sujeito se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina.

Essa interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso ocasiona sua identificação com a formação discursiva que o domina, em que é constituído como sujeito, conseqüentemente, surge uma dimensão de unidade imaginária que se apoia no interdiscurso do pré-construído e em suas articulações, construindo no sujeito os traços daquilo que o determina, Pêcheux (1997). Ou ainda, como afirma Orlandi, citando Canguilhem (1999) em que o discurso se constitui enquanto determinação histórica dos processos de significação.

Podemos, agora, determo-nos nessa teoria dos dispositivos discursivos. Orlandi (1999), então, enfoca na compreensão dos dispositivos teóricos da Análise de Discurso, ou seja, no conjunto de técnicas que levam os sujeitos e uma dada sociedade a se constituírem a partir de um conglomerado de prática sociais legitimadas pelos seus integrantes. Objetivando a compreensão de como um objeto simbólico produz sentido e transborda significação pelo e para os sujeitos, essa percepção dos dispositivos teóricos nos permite perceber que estamos, até o momento, nesse exato processo de construção de dispositivos. Estamos atando nossos próprios laços teóricos a fim de darmos conta do nosso objeto de pesquisa.

Orlandi (1999) compreende a própria noção de interdiscurso como o fato de que existe um já-dito que apoia e sustenta toda a possibilidade de as coisas serem ditas, isto demonstra quão esse dispositivo é fundamental para se entender o funcionamento do discurso, a relação que mantém com os sujeitos e com a própria ideologia. Tudo o que um sujeito reproduz por meio da articulação da linguagem, logo, pelo discurso, está atrelado ao interdiscurso, que opera no sujeito sua dominação ideológica e o esquecimento que desencadeia ao realizar a ligação entre o significado e a realidade no processo de produção.

Cabe-nos agora, afirmar que, segundo Orlandi, citando Pêcheux (1988), duas formas de esquecimentos são operadas no sujeito do discurso. Um desses esquecimentos é da ordem da enunciação, visto que ao falarmos, fazemos de uma dada forma específica e não de outra, e nesses dizeres formam-se paráfrases que indicam a possibilidade de sempre se dizer outra coisa,

Este ‘esquecimento’ produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada de ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo. Ela estabelece uma relação ‘natural’ entre palavra e coisa. (ORLANDI, 1999, p. 35)

Em um dos primeiros momentos de elaboração deste trabalho, referimo-nos ao papel preponderante da desnaturalização dos fatos sociais (ver capítulo 1). Essa referência que a professora Orlandi desenvolve nos é muito cara, visto que esse processo de desnaturalização do mundo, dos fatos que o constitui são processos necessários para nossa proposta. Na obra “As Regras do Método Sociológico”, Durkheim (1978) arrola um conceito denominado de princípio da ruptura epistemológica, em que se opera uma manipulação de determinadas imagens sociais, atribuindo-lhes efeitos simbólicos constituindo e impondo necessidades vinculadas a um conjunto de pré-noções, em resumo, o objetivo geral é desconstruir o senso

comum atrelado a um dado conceito ou operador social, criando um necessário processo de desnaturalização da realidade social.

Findando nosso momento sociológico, retornemos para o próximo tipo de esquecimento desenvolvido por Pêcheux à luz da capacidade conceitual de Orlandi (1999). Esse é denominado de esquecimento ideológico, está diretamente vinculado ao inconsciente e é consequência do próprio processo de desenvolvimento da ideologia. Para este tem-se a ilusão de que o sujeito é a origem daquilo que se diz. No entanto, o que se exerce nessas condições é uma retomada de sentidos já-existentes. Apesar de o sentido se realizar no sujeito, ele não é determinado pela nossa vontade, mas pela forma como a linguagem e a historicidade inscrevem certos sentidos em nossa realidade:

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa dizer que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos. Por isso é que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. As ilusões não são ‘defeitos’, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentido. (ORLANDI, 1999, p. 35-36)

É possível que a noção de sujeito e sua filiação ao discurso e à ideologia tenha sido suficientemente explorada. Obviamente, para o que nos propomos nesta pesquisa, e não, aos sentidos como um todo ou em todas as possibilidades de contornar o termo “sujeito”. Porém, na abordagem dos seus sentidos para a Análise de Discurso, sua formação, constituição e determinação, outros conceitos e relações emergiram e precisam ser desenvolvidas, isto é, a de sujeito psicanalítico.

2.4 Psicanálise

“Não me lembro de nenhuma necessidade da infância tão grande quanto a necessidade de proteção de um pai.”

Freud

Longe de pretender corrigir o pai da psicanálise, mas poderíamos retirar a palavra “pai” da epígrafe acima e a frase teria um sentido menos polêmico ou problemático nos dias

atuais. É impossível que Freud não tenha cometido equívocos como qualquer ser humano, ou pesquisador, ou intelectual, não estamos isentos de errar. No entanto, o sentido de pai que é exposto significa dizer que a nossa referência de proteção está vinculada à representação imagética inconsciente que a função do “pai” era exercida então (FREUD, 1996).

Não nos parece evidente dizer que hoje essa representação continua a mesma ou que temos ainda as mesmas dimensões constitutivas oriundas da psicanálise como alude Kehl (2002) ao afirmar que a psicanálise apenas faz sentido nas sociedades modernas industriais nas quais se produz um sujeito diferente dos que nasceram no mundo antigo, ou ao menos, na época em questão (século XIX). Mas, a psicanálise é uma das nossas ferramentas, um dos nossos dispositivos teóricos para analisar os discursos que serão expostos neste trabalho.

A presente epígrafe pretende abrir caminho para compreendermos que a psicanálise avança na capacidade de nos aproximar dos problemas sociais que enfrentamos tanto em relação à cultura quanto à política. Rosa et al., (2017) afirmam que a teoria psicanalítica não se sustenta como um aparato conceitual se não estiver articulada com outras áreas do conhecimento, logo, ratificamos a Análise de Discurso como uma intersecção teórica entre linguagem, discurso e psicanálise, nosso principal ponto de construção dessa pesquisa. Se o sentido de “pai”, hoje, parecer esvaziado pelas novas configurações e relações interpessoais que nos são impostas, qual serão os sentidos das instituições, dos governos e das políticas que norteiam nosso fazer e nossos modos de ser?

Todo esse processo introdutório ressalta a importância da psicanálise para nossos dias atuais. Maurano (2010) nos localiza nessa perspectiva visto que demonstra uma psicanálise capaz de atender às inesgotáveis representações culturais. Tendo em vista nossa atual conjuntura de seres conectados em redes, ela perpassa nossa implícita necessidade de pertencimento, de sermos gregários e conectados uns aos outros.

Precisamos afirmar que não tergiversaremos sobre aspectos intrínsecos da psicanálise, mas nos deteremos em explicar o que esta teoria pode oferecer enquanto trama conceitual para que nos seja possível demonstrar a articulação do sujeito e a tessitura social, suas consequências na vida cotidiana e no dia a dia das pessoas em vulnerabilidade social.

Para Freud (1996), o inconsciente é um fenômeno psíquico que influencia nosso funcionamento mental, aquilo que não se vê, mas que produz consequências. Um lugar radicalmente separado da consciência, porém que faz uso dela para exercer seus efeitos. Tais efeitos são fruto de um profundo recalamento, um recalque primordial (*Urverdängung*) que inscreve um conjunto de traços que dão origem à constituição do inconsciente.

Maria Rita Kehl, em seu livro “Sobre Ética e Psicanálise”, depreende uma referência à Freud muito esclarecedora para compreendermos tanto a relação do sujeito com os sentidos, quanto a função desse sentido para a formação do inconsciente:

[...] o sentido de nossos atos se produz através das práticas falantes que circulam socialmente, toda uma grande parcela de impulsos e vontades que o sujeito cala ou esconde – em troca da convivência com os outros – vai se silenciando, até se alienar no próprio *eu*, formando assim o sujeito dividido que desconhece a dimensão do que cedeu ao Outro. O sujeito inconsciente da psicanálise é o sujeito civilizado. (KEHL, 2002, p. 52)

Nessa obra, Kehl (2002) resgata um escrito de Freud chamado “Totem e Tabu” em que o sentido de uma suposta horda de humanos, filhos de um mesmo pai, assassina este último para terem acesso às fêmeas do grupo. Esse assassinato, resumidamente, leva ao sentimento de culpa e a introjeção da Lei (o “Pai” simbólico que regerá o cumprimento das normas sociais) e a interdição do incesto (comum à todas as civilizações), e, por conseguinte, dando origem às formações sociais humanas. Aqui começamos a perceber quão significativo é o sentido de inconsciente para a psicanálise, e posteriormente, para a Análise de Discurso.

Se para Freud (1980) o inconsciente será fruto de nosso próprio processo civilizatório, para Lacan (2012) ele será entendido como um movimento que deu origem à linguagem, visto que esses irmãos que constituíam esse grupo de humanos, precisaram, em algum nível, comunicarem-se entre si, para eliminar o chefe da horda. Esse sujeito e sua origem serão marcados pela história, constituindo uma psicanálise não só como terapia do sujeito, mas uma teorização de sua relação com o mundo e suas transformações sociais.

O que objetivamos aqui é resgatar um caráter ético e político da psicanálise o que significa dizer que existe uma forte relação entre indivíduo e sociedade. Elucidando aspectos necessários sobre o sujeito em desamparo social e discursivo devido a sua condição atual de extrema vulnerabilidade. Isso nos permite pensar nas formas de alienação deste sujeito, localizado às margens do funcionamento social e seu posicionamento nesse cenário político que produz a desigualdade, como afirmam Rosa et al., (2017).

Para tratarmos dessa relação, precisamos elucidar um conceito muito caro para a psicanálise freudiana, a noção de desamparo (*hilflosigkeit*). O desamparo é uma terminologia desenvolvida ao longo da obra “Uma dificuldade para a psicanálise”, é compreendido como uma experiência originária e responsável pela estruturação da subjetividade psíquica do ser humano, segundo Freud *apud* Rocha (2016). Tal desamparo é uma condição humana em sentir-se na dependência completa de outrem para a satisfação de suas necessidades, estando

impotente para realizar qualquer ação e encerrar a presente condição, afirmam Laplanche et Pontalis (2001).

Nesse ponto talvez nos caiba salientar algumas considerações lacanianas (1979) que fazem jus às construções pertinentes a Análise de Discurso. Vimos anteriormente que o inconsciente opera dentro do dispositivo ideológico para posteriormente, a partir do nível simbólico, trabalhar o dispositivo teórico. Portanto, construirá, mediado pela linguagem, uma cadeia de significantes. Essa conjuntura tem por objetivo dar conta de representar uma dada realidade para o sujeito que a constrói, visto que o inconsciente é estruturado de maneira equivalente à linguagem ele possibilitará articulações combinatórias e constituidoras de sentido.

E nesse ponto, Lacan (1979) também se faz necessário porque dentro da sua literatura, entendemos que quanto mais um dado sujeito é regido pelo eixo do imaginário, menos assumirá as relações causais que lhe constitui enquanto sujeito assujeitado. Permanece sob a alienação da formação ideológica impedindo que possa transitar entre as inúmeras formações de uma dada sociedade. Isto, por sua vez, não concede abertura para o diálogo, ponto necessário para qualquer processo dialético, eixo fundante do materialismo histórico-dialético⁷ (MARX, 1979) e ponto base para a teoria do discurso. O sujeito acaba por tornar-se incapaz de se extrair do pensamento abstrato para uma construção concreta da realidade pensada.

Quando falamos em *imaginário*, referimo-nos a um conceito laciano (2012), isto é, um modo específico do ser humano de organizar a realidade do mundo e sua capacidade de representação subjetiva, muito comprável à ideologia. Porém, esse campo do imaginário precisa estar articulado com outros dois, o *real* e o *simbólico*. O primeiro é aquele que Pêcheux (1988) vai equiparar ao “*non sense*”, ao sem sentido, àquilo que escapa a simbolização. Estará diretamente ligado ao inconsciente. O segundo é entendido como uma cadeia de significantes (aqui percebemos a direta influência de Saussure) que estruturará e tentará dar conta daquilo que o sujeito entende como seu, mas é fruto de uma formação ideológica (imaginário) e aquilo que escapa e que não é possível de ser simbolizado, dando origem ao sujeito cindido ou o sujeito assujeitado.

O simbólico é o discurso, isto é, o funcionamento da linguagem operando as práticas de significação do mundo que constitui e constrói um mundo de significados. É a história da

⁷ O materialismo histórico-dialético é uma teoria política, econômica e sociológica que entende a sociedade como uma produção material, diretamente relacionada com a condição de historicidade que condiciona a existência humana, e do movimento de contradição produzido nesse processo, afirma Marx (1979).

língua agindo no sujeito contingenciado. É o resultado da inscrição do sujeito em um conjunto de enunciados de uma formação discursiva. Portanto, para articular o sentido deste sujeito desamparado de discurso será necessário identificar o sofrimento que as instituições sociais provocam nos sujeitos em situação de vulnerabilidade pelo Outro que o submete e reprime à realização social.

O sujeito circunscrito pela teoria psicanalítica do inconsciente, na perspectiva de um ser atravessado pela exterioridade, condiciona a sua percepção de modo que as formações ideológicas se reproduzem em um lugar de atitudes que se materializam em formações discursivas de opressão (SILVA; ROGRIGUES, 2017). Esse é um lugar que dá materialidade ao que pode ser dito, configura o lugar no qual o sujeito em vulnerabilidade social, objeto de estudo desta pesquisa, enuncia seu sofrimento, frente às condições sociais precárias e de inexistente amparo socioassistencial efetivo.

Para a psicanálise lacaniana, indicam Carmagnani e Grigoletto (2013), essa linguagem está no campo do Outro. As demandas por identificação instauram sentidos para o ser, assim tais sentidos encontram-se constituídos pela perspectiva desse Outro. “É da essência da palavra o agarrar-se ao outro. A palavra é mediação entre o sujeito e o outro, e ela implica na realização do outro dentro desta mesma mediação”. (BRAUER, 1994, p. 310)

Para Lacan (1979) existe uma distinção entre “outro” e “Outro”. O “Outro” faz referência a um lugar simbólico que aparece como uma Lei cujo sujeito submete-se, não constituindo uma pessoa anônima ou um alguém determinado. O simbólico será equivalente à linguagem que para ele é o constituinte do inconsciente. Essa ordem do simbólico está diretamente relacionada com o Outro, conferindo a perspectiva de que o inconsciente se estrutura como uma linguagem (RAPPAPORT; HASSAN; MOLLOY, 1992).

O lugar de constituição do sujeito, cujo sofrimento psíquico estabelece-se em contextos sociais violentos, permite a elaboração de perspectivas clínicas de condições traumáticas. Uma vertente importante da psicanálise, a psicanálise implicada, objetiva reconstituir uma rede de significantes referenciados ao campo deste Outro, desse modo torna-se impreterível articular o laço social desse sujeito a fim de romper com o discurso violento que simboliza sua realidade (ROSA et al, 2017).

Ainda sob o aspecto psicanalítico deste quadro teórico, visualizaremos esse ponto significativo da perspectiva lacaniana para nosso empreendimento na medida que:

Dizer que o inconsciente é estruturado como uma linguagem não deve ser confundido com a hermenêutica entre o latente e o manifesto da psicanálise tradicional. O que Lacan postula é outra coisa, diferente da

idéia (sic) de que o analista deva decodificar ou traduzir alguma coisa já pronta, uma linguagem pronta que emerge do inconsciente. Pelo contrário, é preciso assinalar o axioma Lacaniano, de que a *linguagem é condição do inconsciente, sendo o sujeito, efeito do discurso*. (MAY, 2010, p. 261)

Lacan (2005) entende a importância de Ferdinand de Saussure em sua releitura das obras freudianas, constituindo assim uma linha teórica psicanalítica que faz uso da linguagem de forma a situar o sujeito como produto de um discurso ideológica e inconscientemente constituído, como perceberam Althusser e Pêcheux.

A percepção que se desenvolve em relação a ideologia consiste na sustentação de que ela se encontra diretamente relacionada a uma dinâmica inconsciente. Ou seja, qualquer manifestação consciente do sujeito são consequências de relações inconscientes imaginárias cujo controle foge à consciência, afirma Althusser *apud* Carmagnani e Grigoletto (2013).

O lugar social em que se configuram os laços do sujeito são laços discursivos enredados por relações de poder. Cabe à psicanálise, ou seja, aquela cuja escuta clínica remete a sujeitos em condição de desejo e em modalidades de resistência aos processos de alienação, juntamente com a Análise de Discurso, oferecer a historicização e elucidação da inserção do sujeito em seu discurso ideológico. Tais intervenções, objetivam modificações do campo simbólico, oferecendo meios de resistência à manipulação da vida e à instrumentalização social de seu desejo (ROSA et al., 2017).

Esse uso da psicanálise de maneira social e política, enquanto técnica de compreensão, produz ferramentas importantes para os processos de formação subjetiva e de elaboração psíquica do sujeito em sofrimento:

A prática clínico-política e a clínica do traumático lançam desafios e exigem intervenções não-convencionais [...] pode favorecer a desidentificação do sujeito à vertente imaginária do acontecimento, travestida de simbólica, para que prevaleça demarcar a dimensão histórica e cultural dos fatos sociais e políticos [...] é fundamental a possibilidade de oferecer um reencontro com Outro receptivo à escuta, [...] capaz de desestabilizar e colocar entre aspas a série de identificações que desqualificam e aprisionam o sujeito fora do campo social. Nossa aposta está na recuperação da *polissemia da palavra*, para que ela não seja apenas instrumento de gozo. (ROSA et al., 2017, p. 08)

Linguagem e psicanálise nesse aspecto, trabalham juntas para a produção de um sujeito minimamente autônomo. Entende-se ser impossível a não-inserção ideológica ou o

não-atravesamento pelos discursos. Portanto, podemos lembrar do que nos afirma Espinosa (1979), isto é, que um mínimo exercício de autonomia acontece na medida que os processos pelos quais um sujeito é constituído, tornam-se elucidados, e quando seus encadeamentos são compreendidos, causalmente, em toda sua lógica de reprodução e determinação, no conhecimento de sua inserção na ordem da natureza.

Rigorosamente, dentro da perspectiva que nos figurou necessária para o desenvolvimento do nosso trabalho, operamos nosso Dispositivo Teórico já que desdobramos nossa temática pelos conceitos que constituem a Análise de Discurso, isto é, ideologia, discurso, sujeito e psicanálise. E no próximo capítulo apresentaremos a metodologia utilizada para ordenar nossos procedimentos de pesquisa.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa científica encontra-se em todo campo da ciência. É um processo de investigação que tem por finalidade resolver ou aprofundar nosso conhecimento sobre um questionamento ou estudo de um fenômeno que objetivamos desvendar. Ela possibilita o desenvolvimento de um método de investigação referente a um determinado assunto a fim de identificar vários aspectos de um estudo. Normalmente, realiza-se uma pesquisa quando não possuímos informações suficientes para resolver ou solucionar um dado problema, afirmam Bastos e Keller (1995).

Neste capítulo apresentamos a metodologia desenvolvida para a realização da pesquisa. Aqui expomos a Abordagem da Pesquisa que foi utilizada, os Procedimentos da Pesquisa, as técnicas da Análise de Discurso, o Estudo de Caso e a Entrevista Semiestruturada.

3.1 Abordagem da Pesquisa

A presente pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa visto que era necessário o aprofundamento da compreensão de um determinado aspecto do campo social do sujeito em vulnerabilidade. Para explicar o aparecimento de determinados fenômenos que emergem em dados contextos sociais, precisamos levar em consideração que

A pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31)

Dentro do campo das ciências sociais e humanas essa é a abordagem mais adequada para nossa pesquisa. A aceitação do comportamento humano como grande produtor de subjetivação, tendo a vida como uma atividade interativa e passível de interpretação, a pesquisa quantitativa significaria sacrificar significados demasiado caro para nossos objetivos, o que simplificaria a tessitura de nossas explicações.

Nosso objeto, o sujeito em vulnerabilidade, necessita de um mergulho profundo em sua subjetividade, contexto social e observação minuciosa de suas vicissitudes discursivas, isto é, condições que nos compele a utilização da abordagem de pesquisa qualitativa.

3.2 Procedimentos da Pesquisa

O trabalho teórico nos permite analisar, compreender e transformar o campo social. Portanto, segundo Fonseca (2002) precisamos partir da pesquisa bibliográfica e realizar o levantamento de referências científicas que nos possibilite conhecer o que já foi produzido sobre nosso assunto. Recolhemos informações e conhecimentos prévios sobre a problemática proposta para embasar nossas interpretações e entendimentos, logo,

A pesquisa baseia-se no estudo da teoria já publicada, assim é fundamental que o pesquisador se aproprie no domínio da leitura do conhecimento e sistematize todo o material que está sendo analisado. Na realização da pesquisa bibliográfica o pesquisador tem que ler, refletir e escrever sobre o que estudou, se dedicar ao estudo para reconstruir a teoria e aprimorar os fundamentos teóricos. (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021, p. 66).

De acordo com Sousa et al., (2021) a pesquisa bibliográfica busca obras publicadas com conteúdo relevante para se conhecer e analisar o problema da pesquisa. Seu objetivo é identificar a existência de trabalhos científicos sobre o assunto que será pesquisado, portanto, ela contribuiu com a escolha do problema e com a definição de um método mais adequado aos objetivos que pretendemos alcançar.

3.3 Análise de Discurso

Nossos procedimentos metodológicos perpassam, inevitavelmente, a Análise de Discurso, visto que se constitui em nossa principal teoria de estudo. Aqui usamos da Análise de Discurso baseada em autores como Pêcheux (1988; 1997), Foucault (1996; 2001; 2012) e Orlandi (1999; 2006) para interpretarmos os discursos enunciados e articularmos a existência do lugar social que pressupõe a manutenção da posição de um dado sujeito no tempo e no espaço por ele ocupado.

A Análise de Discurso é um método de estudo do campo da linguística que objetiva analisar para, então, compreender as condições de produção e os significados de um determinado texto. Assim, Minayo *apud* Guerra (2014, p. 40) afirma que

Essa técnica se aplica aos estudos que pretendem analisar a linguagem, tanto do senso comum como de discursos políticos, e se fundamenta no materialismo histórico, na própria linguística e na teoria do discurso. Também a teoria da subjetividade, de cunho

psicanalítico, é adotada para a compreensão dos significados. (MINAYO *apud* GUERRA, 2014, p. 40)

Seguindo, então, pela perspectiva da Análise de Discurso, partimos das orientações de Souza (2021) e identificamos o conceito-análise *a posteriori*, “Política de Sofrimento”. Após entendermos que esse conceito-análise foi evidenciado dentro do texto que nos propomos analisar, verificado por meio dos discursos, assim como dos modalizadores e das paráfrases oriundos de seu enunciador.

A circunscrição do conceito-análise foi resultado da interpretação dos discursos da representante da família que entrevistamos. Conseguimos partir de um conjunto de textos, de uma determinada convergência de sentidos, após um tempo considerável de análise, responder como o discurso deu origem ao conceito-análise aludido acima. Nesse ponto entendemos ter havido a saturação da análise. Isso significa dizer que a quantidade de textos para interpretação passou a ter certa recorrência discursiva. Assim, Souza (2021, p. 32) nos orienta que

Não há fórmulas quantitativas pré-estabelecidas. Vai-se fazendo a descrição e análise no *batimento* e quando o discurso satura é hora em que se pode parar. Assim, normalmente, o *corpus* se define no próprio processo de descrição e análise, não sendo necessário um dado *a priori*. Não se escolhe o *corpus* e se analisa, a não ser na escolha do conceito-análise *a posteriori*. O *corpus* vai sendo escolhido à medida que a análise acontece.

Em nosso procedimento de pesquisa para compreender o discurso da família, Souza (2021) ampara a maneira como identificamos nosso conceito-análise a partir da percepção do que ele denominou de “batimento da análise”. Momento em que encerramos o processo e finalizamos nossos questionamentos.

3.4 Estudo de Caso

Desenvolvemos um estudo de caso com a representante de uma família do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS do Bairro São Raimundo, com a aplicação de um questionário semiestruturado, a fim de coletar informações para constituir o *corpus* da nossa pesquisa. À vista disso, Fonseca *apud* Gerhardt e Silveira (2009, p. 39) afirmam que

O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de

vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 39)

O estudo de caso teve por finalidade entender em que condições uma dada problemática discursiva se desenvolve no seio de uma família em seu campo social. Observou-se as características nas quais determinadas situações sucedem-se, configurando nos efeitos dos fenômenos discursivos localizados e desencadeados em seus integrantes.

Nosso trabalho explicitou o uso do estudo de caso, que segundo Nascimento et al., (2018) é um método que nos auxilia na busca por respostas que contribuem para uma efetiva compreensão de um fenômeno contemporâneo com máxima profundidade possível e em seu contexto real, que em nossa pesquisa consiste no sujeito em condições críticas de vulnerabilidade social.

3.5 Entrevista Semiestruturada

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), em um questionário semiestruturado o pesquisador precisa organizar e elencar um conjunto de perguntas sobre o tema que será trabalhado. Deve haver incentivo por parte do pesquisador para que o entrevistado fale abertamente sobre os assuntos que conseqüentemente surjam com o decorrer e o desdobramento do tema abordado.

O referido questionário (apêndice) foi desenvolvido de forma semiestruturada e pensando em questionamentos que possibilitem a emergência: do discurso em sua materialidade linguística que pode ser uma palavra, um desenho ou uma letra; dos modalizadores, isto é, da suavização que as condições de produção impelem ao sujeito quando formulam seus enunciados. Tal suavização objetiva tornar o discurso mais aceito socialmente; e das paráfrases, o processo de reprodução discursiva que tem por finalidade criar formas diferentes para se dizer um mesmo enunciado, nos explica Souza (2021).

Nosso questionário objetiva ressaltar a expressão livre da nossa participante. Com isso pretendemos evitar produção de respostas curtas e objetivas já que os sentidos do discurso enunciados seriam de difícil evidenciação durante o trabalho de análise, e conseqüentemente, não teríamos um bom material para interpretação. Outra forma de evitar respostas curtas e objetivas foi a abertura para a possibilidade de complementação das respostas sempre que se encerrava a fala da participante.

Reconhecemos também a possibilidade de que a família tente agradar ao pesquisador, procurando por respostas que venham em sintonia com nossas indagações. No entanto, não nos parece necessária tamanha preocupação, já que objetivamos desenvolver uma pesquisa qualitativa e, portanto, identificar pelas paráfrases e modalizadores (SOUZA, 2021) o que estava subjacente ao discurso da representante da família. Logo, aquilo que nos pareceu ambíguo pode ser analisado e compreendido.

Seguindo o questionário elaborado (apêndice), nossa questão procura entender até que ponto a família pode cometer o equívoco de perceber direito social como favor, e a partir da resposta dada, analisar o que está nas entrelinhas do que será expresso. Essa possibilidade de compreender essa dimensão, nos direciona para o laço social e ao tipo de relação que a família tem com o estado e com as instituições. Se são relações saudáveis ou problemáticas ou se sentem como se mendigassem por direitos constitucionalmente garantidos.

A próxima questão (apêndice) busca não apenas uma resposta quanto à atuação do psicólogo ser adequada à demanda da nossa população territorial, mas se somos, também, enquanto representantes do estado e das instituições, alvo de críticas da família. O equipamento social da cidade de Manaus não possui uma ampla rede de recursos para atender todas as famílias que buscam por atendimento. Receber uma resposta positiva, pode nos levar a crer que a família em análise não tem intenção de criticar a equipe do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, ou podemos receber uma resposta que nos coloque como coparticipantes desse governo, e isto, nos demonstraria a criticidade e autoconsciência que o sujeito possui sobre sua condição social e sobre o papel das instituições reproduzido por nós, como operadores da rede socioassistencial.

Realizamos questões subjetivas que, conseqüentemente, nos trouxe uma gama de matéria textual para analisarmos. Ao identificarmos algum nível de sofrimento oriundo das respostas da família, entendemos que nosso objetivo geral estava em caminho possível de descoberta. Porém, objetivamos também entender o campo em que se manifesta o sofrimento da família, e para isso precisamos articular essa questão para o interior da realidade na qual ela vive e experiencia esse sofrimento. Dentro do seio familiar, no bairro, na comunidade, assim como no país na qual ela sofre a reprodução do que se poderia chamar de desamparo discursivo⁸.

⁸ Segundo Torossian (2018) o desamparo discursivo acontece quando certas condições sociais não permitem as inúmeras possibilidades de existência do sujeito, isto é, a polissemia do significante. Esse desamparo subtrai o sujeito de sua tessitura social e de sua possibilidade de construção de sua subjetividade social e comunitária.

O que intentamos coletar a partir de uma entrevista semiestruturada, segundo Almeida e Giordan (2012) é a natureza das informações que se busca obter. Uma das marcas da entrevista pode ser de caráter factual, relacionada à percepção do pesquisador, à sua opinião, ligada a elementos e ou às atitudes do interlocutor.

Pela necessidade de uma elaboração prévia direcionamos parte das perguntas com a finalidade de verificar fatos, crenças, sentimentos, linguagem simbólica, motivações inconscientes ou conscientes, isto é, já que o questionário possibilitou uma combinação diversificada, sua utilização foi impreterível para nossa pesquisa.

Para encerrar, parece-nos válido ressaltar que de acordo com Minayo (2004) para sociedade ocidental, a ciência é a forma preponderante de construção da realidade. No entanto, problemas essenciais como pobreza, miséria, fome e violência permanecem sem respostas precisas. De maneira geral muitas formas de se produzir conhecimento continuam na plausibilidade enquanto conhecimento científico. Por isso, nosso trabalho leva em consideração uma produção histórica de um determinado momento no tempo, assumindo toda a relatividade dialética implícita nesse processo de construção.

No próximo capítulo procederemos com a *Análise do Discurso da Família* onde buscaremos nas formações discursivas os sentidos que foram construídos com o desenvolvimento da política de assistência social na cidade de Manaus, assim como suas consequências psíquicas frente à atual aplicabilidade governamental.

CAPÍTULO 4

A ANÁLISE DO DISCURSO DA FAMÍLIA

Na manhã chuvosa do dia 28 de dezembro de 2022 fomos ao encontro da família que se comprometeu em participar da pesquisa. Nosso material para análise estava a poucos minutos de ser coletado, tratado, destrinchado e, na medida do possível, compreendido. Ansiedade, medos e sentimentos confusos pairavam os pensamentos com forte regularidade.

No automóvel, ávido por compreender o que subjaz nas entrelinhas da responsável pela família a ser inquirida, os pensamentos vagueavam a cada faixa rente ao asfalto. Um olhar profundo e obstinado fixava-se no horizonte, sem dar-se conta sobre o que estava prestes a encontrar. Sentidos distintos, elucubrações desconexas, dor e sofrimento? Os tempos de análises de psiquês faziam-se necessários uma vez que a possibilidade de a entrevistada sucumbir em emoções com o momento delicado de inquirição de questões que normalmente guardamos à sete chaves.

Nesse íterim, um questionamento importante é necessário: até que ponto a confirmação para a realização da entrevista da família era um aceite autônomo e legítimo? Não sabemos afirmar com exatidão, mas compreendemos algo que não nos pode ser despercebido. Pesquisador e objeto confundem-se e deixam uma margem muito pequena para cisão entre um e outro. Por mais que se tente se desvencilhar das entranhas dessa relação estamos intimamente ligados por questões históricas, materiais e, por que não, emocionais.

No centro da cidade de Manaus existem muitas construções irregulares, em áreas de risco, enchentes e passíveis de desabamento. A família residia em uma dessas localidades, em condições tais a uma Veneza amazonense. Um escadão rente a Avenida Comendador Clementino, um caminho paralelo a um igarapé transformado em esgoto a céu aberto, delineava o trajeto tortuoso. Era um misto de lama, musgo, coaxar de anfíbios e outros sons de insetos, talvez. Quem nos recebeu foi o filho da senhora S, um jovem sorridente que me cumprimentou cordialmente e conduziu-me até sua residência. Com os pés enfiados em tábuas que desafiavam o cerebelo na tentativa de manter o equilíbrio, seguimos caminho desbravando e desafiando a gravidade.

O jovem que nos recebeu parecia com pressa e foi seguindo o caminho com grande destreza e habilidade. Não se acanhava em enfiar um pedaço do pé que sobrava na lateral da chinela na lama que nos rodeava. Segui forte e renitente, tentando manter o mesmo ritmo de meu guia, sem muito sucesso, vi-me perdido entre as paredes de casebres ao meu redor. Uma bifurcação mais à frente me fez pensar nas decisões que tomei e nos rumos que a vida assume

ao nos colocar em caminhos tortuosos e difíceis - ao menos para mim. Segui pelo caminho à esquerda e me reencontrei. Logo ali, revelava-se uma casa simples, de madeira, umedecida pela forte chuva da madrugada anterior. Abrigava 5 moradores, a senhora S, uma mulher de 58 anos e seus 4 filhos, sendo um deste, o jovem que nos recebeu a poucos minutos. Como de praxe em pesquisas com seres humanos o nome da nossa participante será mantido em sigilo pelos princípios éticos que orientam esta pesquisa.

Em seguida, com muita cordialidade fui convidado a entrar e me sentar numa cadeira. A senhora S arrumava-se em outra cadeira próxima, a minha direita, e com um sorriso no rosto, perguntou como estou e se preciso de algo. Digo que aceito um copo d'água e, prontamente, sou servido. Recordo que estou ali para aplicar um questionário e digo que será como uma conversa das muitas que já tivemos quando vinha ao seu encontro trabalhar questões de benefícios do governo, entrega de cesta-básica, dentre outros assuntos.

Desembarço o celular do bolso e questiono se posso gravar nossa conversa, para que eu consiga manter uma atenção mais legítima ao nosso diálogo. Ela confirma sem titubear, e assim, iniciamos. A entrevista durou exatamente 32 minutos e 36 segundos. Como relatado na metodologia deste trabalho, foram desenvolvidas quatro questões, todas realizadas para nossa família, que teve a senhora S como porta-voz.

Como a pesquisa foi realizada a partir de uma entrevista semiestruturada, iniciamos com o entrevistador explicando que a pesquisa estava vinculada à Universidade Federal do Amazonas, e não à Secretaria de Assistência Social do Município de Manaus, por mais que sejamos vinculados a esta, investido em cargo público e a família fora inquirida sobre alguns serviços viabilizados por esta instituição. Logo, procuramos desvincular a possível percepção de que haja uma fiscalização ou avaliação do serviço prestado.

Procuramos manter um clima de conversa aberta sem que nos preocupássemos com o tempo e para que, naquele momento de diálogo, nossos sentimentos e pensamentos pudessem ser ditos sem pressa, sem pensar que havia uma resposta correta para o que se perguntava, construindo um ambiente seguro para que a senhora S se expressasse sem receios. Aqui é comum para nós, psicólogos, estarmos desconstruídos de nossas crenças religiosas, ideológicas (por mais difícil que seja) e de nossas preferências para sermos como que um espelho, de modo que o sujeito entrevistado não veja nada além de si mesmo.

Nossa entrevista, por não ter iniciado pelo questionário, abordou questões voltadas à secretaria. A família da senhora S é acompanhada pelo CRAS do São Raimundo, e este acompanhamento, como descrevemos anteriormente, consiste em um dos serviços ofertados pelos equipamentos socioassistenciais e que tem por finalidade, encontrar soluções, em um

trabalho social com a família, para a situação de vulnerabilidade vivenciada por seus membros.

A família da senhora S vivencia inúmeras situações de vulnerabilidade social, dentre elas: precárias condições de moradia; membros familiares com diagnóstico psiquiátrico; renda *per capita* inferior a R\$ 105,00 (valor conceituado para fins estatísticos de Extrema Pobreza); insegurança alimentar; desemprego e; baixa escolaridade. Portanto, configura-se uma família em situação de vulnerabilidade extrema, objeto central de pesquisa deste trabalho.

Um dos serviços ofertados pela Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania – SEMASC consiste na concessão de cestas básicas como forma de benefícios eventuais, ou seja, benefícios de caráter suplementar e provisório. Tais benefícios não são concedidos regularmente, o que prejudica o desenvolvimento de planos familiares, como controle das finanças, pagamentos de empréstimos, dentre outros. Durante nossa entrevista, questões como essa são pontuadas pela senhora S como normais, no entanto, não ter cestas básicas todos os meses perpassa uma naturalização que precisamos compreender.

A naturalização da pobreza expressa um sentido que precisa ser desvelado em seu real significado. Direitos constitucionais estão sendo violados e a indiferença demonstrada pela senhora S (aparente indiferença) expressa uma tentativa de aceitar o difícil acesso à serviços governamentais, por mais desregulados e ineficazes que eles sejam. Podemos ver uma tentativa de compreender a perspectiva das instituições mesmo que no fundo, saiba que é um direito que não poderia ser negligenciado, o direito de alimentação.

Estamos diante de uma naturalização velada sobre o descumprimento de um direito. E isso nos parece um padrão comportamental expressado inconscientemente, e em sua maioria, o vulnerável. Essa compreensão da falibilidade das instituições é expressa no seguinte discurso da senhora S: *“a gente tem que entender que não tem pra todo mundo”, “é muita gente”*, demonstram as condições de existência do sujeito e de sua construção histórica. A senhora S criou uma representação imaginária de seu mundo (ideologia), proporcionada pelas condições de produção da sociedade brasileira.

A senhora S faz um movimento de autopercepção comum a indivíduos que buscam comparar-se para, fatidicamente, criar uma sensação de menos desesperança ou menos infortúnio, e assim, diz: *“é como às vezes eu falo pra ele, ne? (apontando para o filho J) a gente tá morando... (com uma respiração profunda e pausada, olha para a casa), mas não se preocupe, a gente vamo ajeitar a casa. Meu filho, se a gente tivesse morando alugado? Na crise veio a pandemia... Olha, em São Paulo o que tem de gente morando na rua.”* O discurso se materializa e age como suavizador das sensações que se expressam no comportamento não-

verbal de nossa entrevistada. O sentido implícito que se pode interpretar é o de uma pessoa em sofrimento, visto que, se saber residindo em condições precárias e insalubres é desumano e isso é demasiado difícil reconhecer, por isso, o respirar fundo e pausado.

A entrevista/conversa foi seguindo seu próprio caminho. Sem ainda nos focarmos nas questões propostas pelo questionário desenvolvido. E aqui a situação como um todo me pareceu provocativa já que os sentidos implícitos no discurso da família começavam a ser expostos. Sem ainda poder focar em analisar tais sentidos, mantinha-me focado no diálogo que se encaminhava para dificuldades financeiras e arrependimentos sobre trabalho e renda. A senhora S, por exemplo, relatava que trabalhou muitos anos em casa de família como diarista e cuidadora de idosos.

Conversamos sobre problemas de saúde, momento em que levantou a bainha da calça e mostrou as sequelas da erisipela. Essa doença prejudicou seu trabalho, pois manter-se em pé por muito tempo e a locomoção para os lugares passou a ser um grande esforço. Ressalta que aguarda, ansiosa, a balsa do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS para solicitar a aposentadoria de trabalhador rural. Balsa é uma denominação comum na região norte do país para designar embarcações para transporte de pessoas, cargas pesadas, carros e animais. No entanto, chama-se de balsa do INSS ao PREVBarco, isto é, as unidades móveis flutuantes do Instituto Nacional de Seguridade Social para atender pessoas que vivem em áreas remotas e de difícil acesso terrestres, como famílias indígenas e ribeirinhas nos estados do Amazonas, Rondônia e Pará (BRASIL, 2023). A senhora S fala sobre a referida situação de forma silenciosa, como se alguém ao nosso redor pudesse ouvir, uma vez que ela não tem perfil para tal solicitação. Ela é beneficiária do Programa Bolsa Família e enfrenta uma batalha que se prolonga por 6 anos para receber o Benefício de Prestação Continuada BPC – Deficiente pela condição específica de um dos seus filhos.

Aqui parece-nos oportuno esclarecer algo que os trabalhadores da assistência presenciam cotidianamente no comportamento das famílias como as da senhora S. É muito comum que as famílias que recebam algum benefício socioassistencial, quando ao depararem-se com a existência de outros benefícios, queiram receber todos os que o governo disponibiliza. No entanto, existem regras de elegibilidade, principalmente, as de renda *per capita*, o que torna o acesso a mais de um benefício quase uma impossibilidade.

E muitos trabalhadores passaram a chamar esse comportamento de “estratégias de sobrevivência”. Um termo adequado às condições de vida dessas famílias, e sem dúvida, uma maneira de manterem-se existindo frente à enorme condição de desigualdade ainda existente em nosso país. No entanto, muitos de nós ainda interpretamos esse comportamento como

oportunista, ilegal ou até mesmo imoral. Colocamo-nos no papel de juízes frente ao comportamento das famílias que atendemos, mesmo que nosso papel seja o de operacionalizadores da assistência. Não existe nenhuma função de fiscal dentro das nossas atribuições e esse padrão nos permite ressaltar a reprodução do papel de vigiá-las e talvez, puni-las.

A estratégia de sobrevivência é uma maneira de cada família contornar os problemas do estado brasileiro. São passíveis de serem interpretadas como “remédios assistenciais”. Ou mesmo como o exercício de “vista grossa necessário” despendido pelos técnicos dos equipamentos sociais para que as condições de vulnerabilidade e sofrimento não sejam potencializadas por nossas ações que já não atendem efetivamente às deficiências sociais por elas vivenciadas.

Esse ponto que emerge, inevitavelmente, pelo diálogo com a senhora S, nos conduz para a percepção da construção do laço socioafetivo da família com a política de assistência. Este laço é percebido como uma relação que se estabelece entre aquele que concede aquilo que necessito para minha existência e o Eu. E esse Eu passa por provas existenciais diariamente. Esse estado e essa pátria possibilitam a minha existência a partir de migalhas, deve cogitar, inconscientemente, a senhora S. A luta pela sobrevivência não é imoral, logo, se podemos considerar o termo imoralidade para condutas reprováveis, essa estaria no papel do estado que não permite o acesso à educação, emprego e moradia digna para essa família e para tantas outras em solo brasileiro.

E os sentimentos que a família passa a construir pela sociedade é a ambivalência extrema. Uma relação de amor e ódio, mascarada pelo consentimento velado e de uma compreensão comedida. *“Não é fácil, mas ele se alimenta bem. O feijão já tá no fogo. Ele gosta muito (acenando com um sorriso amarelo para seu filho),”* a senhora S, afirma. Se não é fácil o sentido óbvio é o de algo difícil. Principalmente quando se refere à alimentação. Amar e odiar são duas faces de uma moeda de inúmeras faces. Sobreviver, isto é, viver sempre a um passo da existência antecedida por cinco letras (s-o-b-r-e). Porque a senhora S e sua família precisam ser alocadas “sobre” a vida, acima da vida e como se estivessem sempre em suspensão. Porque ela e sua família ainda não estão autorizados a viver, propriamente. Ainda não existe possibilidade efetiva de vida enquanto existir algo que a anteceda e que impeça o exercício do sentido da palavra vida.

Se considerarmos a vida um fenômeno socioexistencial que possui a qualidade de reger-se a si mesma, parece compreensível aceitar as estratégias que cada família exerce para existir. Não há culpados ou inocentes, na verdade, existe somente a vida sendo em seu próprio

devir. Devir esse que se expressa muito bem pela perspectiva divina. A senhora S relata: “*eu recebo os R\$ 600,00 (referência ao auxílio do governo) e graças à Deus o alimento não tem faltado. Graças à Deus... graças à Deus mesmo.*” Essa percepção da vida possibilitada pela divindade nos é bem conhecida. A *episteme* teocêntrica ainda paira fortemente sobre nossas vidas. Principalmente no Brasil, um país com milhares de igreja em seu território. Porém, não confundamos nossas palavras como discriminadoras da religião. A religiosidade que as religiões desenvolvem no sujeito permite o desenvolvimento e enfrentamento das angústias existenciais, visto que vida é em si um grande dilema. E o misticismo, que com o tempo cedeu parte do seu lugar para a ciência e outra parte para a religião, sempre foi presente em todos os lugares em que se havia um agrupamento humano, já nos diria Lévi-Strauss (1978).

O sofrimento é algo que perpassa todos os seres vivos, Freud *apud* Rocha (2016), inclusive o considera um constituinte necessário para o desenvolvimento do ser humano. E essa afirmação nos parece muito pertinente. Em que medida entenderíamos nossas diferenças se não pudéssemos compartilhar das mesmas dores? As dores da perda, do luto, do nascimento e das nossas desilusões. Safatle (2021) bem localiza esse sofrimento ao compreender que o neoliberalismo se tornou uma “engenharia social das emoções”. A nossa racionalidade econômica estruturou-se como única e genuína forma de estrutura da psiquê da sociedade capitalista. Ela se constituiu como uma sobreposição complexa das relações sociais da família e do estado. E isso nos conduz para conflitos e angústias autodirecionadas.

Autodirecionados porque o sofrimento não pode mais ser exercido em sua livre necessidade de existência. Ele é construído a partir do tipo de relação societal vigente. O sofrimento que nos é permitido, e no caso, o sofrimento das famílias em vulnerabilidade, são aqueles cujos manuais de diagnósticos psiquiátricos autorizam. E mesmo estes ainda são tidos e compreendidos como falibilidades do sujeito. O sujeito em vulnerabilidade é proibido até mesmo de sofrer à sua própria maneira.

A estrutura dessas famílias passou a colocar o interesse econômico acima do interesse político, como bem vimos: “*eu recebo os R\$ 600,00 e graças a Deus o alimento não tem faltado*”. Assumimos uma ideia empresarial e de mercado que regula nossas formações discursivas. Reproduzimos essas práticas sociais do neoliberalismo mobilizando uma fusão progressiva entre os termos econômicos e nossos modos de ser, sem mais diferenciarmos entre um e outro, Safatle (2021).

Precisamos compreender que o sofrimento psíquico exprime uma revolta. Ele opera dentro da psiquê valores que dirigem nosso horizonte de expectativas. A perspectiva da família da senhora S está diretamente vinculada a um sistema de influências composto por

discursos neoliberais normativos. Se é normativo, pressupõe uma conduta, um modo de ser no mundo. Tal modo precisa expressar valores que objetivam instaurar e justificar o sofrimento psíquico. E precisamos reiterar essa perspectiva da violência, porque ela pede uma explicação política visto que a produtividade que ela exprime é, na verdade, vinculada a sociabilidade da família inserida no laço social.

A violência sofrida por essa família diz respeito a inexistência de um lugar social para o qual seu sofrimento possa existir. A inexistência desse campo, que deveria criar condições de possibilidades, causa sofrimento. E se considerarmos essa ausência como fruto da produção de práticas sociais capitalistas, vinculadas ao liberalismo, entendemos que a intenção e a força positiva desse discurso é o de controle e manipulação dos modos de ser de cada sujeito em condição de vulnerabilidade. É preferível que ele se perceba como único responsável pela sua suposta falibilidade do que compreender, saindo da condição de alienação, seu lugar na posição social e histórica da realidade brasileira.

Em meio ao nosso diálogo, a senhora S nos diz o quanto ela sente falta de conseguir viver pelo fruto de seu próprio trabalho. Afirma: *“É como eu digo pras meninas. Às vezes, a gente conversando. Às vezes dá uma falta, né? De a gente ganhar o da gente mesmo.”* O que para mim, foi uma grande surpresa visto que naturalmente a família havia entrado em umas das questões que nos propomos fazer. Momento em que reitero, mentalmente, a fortuita coincidência e não a interrompo. A pergunta que faríamos era: *“como você se sente quando não há trabalho para manter o sustento de sua família?”*. Independentemente de tê-la realizado naquele momento, a senhora S continua contando que as pessoas diziam que ela queria ficar rica, devido ao excesso de trabalho que costumava realizar. Ela afirma ter aproximadamente 2 anos que não consegue trabalhar devido sua atual condição de saúde, ao passo em que, durante seu discurso, expressa consternamento e frustração.

Ela continua contando como era trabalhar para uma senhora de 82 anos que lhe fazia contar as moedas que havia em um cofre inúmeras vezes. Dizia que a paciência lhe faltava recorrentemente, mas mantinha o respeito pela idosa. Com o tempo, precisou renunciar ao serviço de cuidar dessa senhora devido seus problemas de saúde que começaram a lhe impedir de buscar pelo seu sustento e de sua família.

Quando vemos no discurso que a senhora S expressa frustração pela ausência de autonomia em suas ações, temos aqui outro ponto de suma importância, ou seja, a perspectiva muitas vezes perversa de se ressaltar que as pessoas gostam e que fazem muitos filhos, justamente, para que o governo as mantenha sob o recebimento de benefícios assistenciais.

A dimensão etológica do ser humano os impele a uma condição de trabalho/ser. O trabalho foi sendo percebido como maneira de manutenção de subsistência com o passar do processo de desenvolvimento do capitalismo, o trabalho dignifica o homem, lemos por aí. No entanto, ser e trabalho eram uma e mesma coisa, visto que o *homo faber* é aquele que produz a si mesmo e ao mundo que habita (ARISTÓTELES, 2007). A separação técnica do trabalho o alienou de sua condição existencial de que ele sempre foi parte integral daquilo que produziu. A *poieses* de sua existência e racionalidade foi destituída de sua função produtiva para atender a uma lógica de consumo que nada tem a ver com o que cada ser humano é em si e em sua singularidade.

Ao mesmo tempo em que nos parece compreensível a frustração da senhora S em não poder viver a partir de seu trabalho, somos obrigados a afirmar que esse sentido de trabalho está muito mais relacionado ao que a nossa sociedade permite e condiciona do que um sentimento genuíno de existência pelo desenvolvimento deste trabalho. A circularidade do sentido de trabalho que é permitido ser reproduzido pela senhora S é a de manutenção de sua subsistência. Nas entrelinhas dessa fala vemos o sofrimento de não poder existir a partir de seu trabalho. Aqui entendemos que trabalhar e existir nos parece uma e mesma coisa. E esse sentido força emergir no discurso da senhora S.

Precisar sobreviver a partir do recebimento de auxílios do governo é um direito que ampara as famílias em vulnerabilidade, no entanto, tal sentido não é, pela família, percebido como um ato que subentenda uma normalidade, ou que não lhe faça questionar a legalidade de sua efetividade. É como se o estado, um produto do desenvolvimento do ser humano em sociedade, por mais que suas leis busquem a equidade entre seus integrantes, nunca fosse um representativo pleno de regulação da humanidade. Talvez não seja o melhor que temos, mas nos parece, de longe, o menos problemático.

Não entendamos que esse sofrimento pela ausência do exercício do trabalho, quando afirmamos ser possivelmente menos legítimo que o de trabalhar/ser, seja por isso menor, e consequentemente, menos importante. A dor é sempre algo muito singular e muito peculiar. Não nos cabe compará-la ou medi-la. Nossa proposta é identificá-la a partir da condição de vulnerabilidade e da manutenção de certos laços sociais. E aqui, percebemos que o laço social que a família mantém com o estado, a partir de seu governo, e por isso, com os trabalhadores da assistência, configura-se em um laço complexo, determinante e condicionante de sensações e sentimentos que emergem em função dos sentidos que reproduzimos nessa dialética das relações.

A produção ideológica de ilusões de naturalização das relações precisa ser compreendida. Se a família se estrutura em uma relação com o estado de maneira autônoma, ou ao menos, em seu âmago, inconscientemente, almeja essa independência, nos caberia ressaltar essa sensação e não reiterar a preguiça e a administração de sua sobrevivência como algo diretamente dependente do estado. E aqui entendemos que essa perspectiva parte da lógica neoliberal de que cada um deve manter-se por esforço próprio, como se a vida fosse constante e permanente sem suas adversidades. A perversidade dessas comparações tem por objetivo despotencializar as capacidades que cada família possui em seu núcleo e em seus membros. Ao desmobilizar e confundir os afetos dessa família, ela se mantém submissa e dependente, mesmo que contra sua vontade, dos amparos estatais.

O diálogo foi ficando aberto, todavia falávamos de assuntos que convergiam com nossas perguntas, mas, por princípios metodológicos decidimos proceder com nosso roteiro, e assim, o fizemos: *O governo permite que você e sua família tenham acesso à emprego, alimentação, saúde ou segurança?* Ao final da questão pareceu-nos que apenas a segurança havia sido enfocada pela senhora S, que afirma não sentir segurança advinda do estado e, em seguida, retoma assuntos voltados para sua saúde. Afirma que está com gordura no fígado e que por isso, não se alimenta tão bem quanto antes.

Relata ter conhecido uma venezuelana que ajudava as famílias do Beco Barcelos (lugar como é conhecido o local de moradia da família). Assevera que esta moça trabalhava em uma unidade de saúde e que facilitava o acesso às consultas, exames e agendamentos médicos.

E aqui, mais um ponto, nos pareceu demasiado intrigante. Não havíamos previsto a possibilidade de o questionário acabar por ser uma ferramenta necessária, mas que podia ser algo menos impositivo e mais espontâneo. Por mais que as questões fossem arroladas no decorrer de nosso diálogo, elas eram respondidas de imediato, mas, o foco que se dava era necessariamente sobre aquilo que a senhora S queria falar. No entanto, a presente situação não nos pareceu de todo problemática. A senhora S estava disposta e à vontade para discorrer abertamente sobre suas vivências, suas experiências de vida, suas dificuldades familiares e sobre o enfrentamento das vulnerabilidades de sua família. O que, inicialmente, pareceu ser um problema, agora era nossa fonte mais fidedigna de material.

Para encerrar nossa análise, transcrevemos um trecho da senhora S falando da atendente venezuelana: *“Eu vou te falar a verdade, tinha uma venezuelana, ótima. A gente saía daqui e corria pra lá. Batíamos ultrassom, ela encaminhava a gente. Mas, agora, ela foi embora”*. Podemos perceber que a dimensão da saúde é algo que perpassa com mais

frequência a realidade da senhora S. E essa questão é algo que reitera os laços institucionais e governamentais deficitários, já que o acesso aos serviços de saúde também é difícil. E no momento em que diz: *“Eu vou te falar a verdade”* é a expressão daquilo que não pode ser dito, abertamente, e por isso, escapa. É a frustração e a insatisfação pela ineficiência das instituições e que precisamos percebê-lo como um ímpeto, mesmo que sorrateiro. E vale ressaltar, despertado por um Outro. Por alguém que a reconhece enquanto ser humano portador de existência própria e autônoma, com a qual conseguiu se conectar de forma, possivelmente, saudável e satisfatória. Não sendo percebida como mais uma usuária do serviço, uma pessoa em vulnerabilidade ou com dificuldades sociais.

Nesse ponto sentimos o batimento da análise, como afirma Souza (2021) e optamos por encerrar a continuidade do processo. Nosso discurso foi exposto e analisado a partir das interpretações que desenvolvemos nas linhas que se sucederam e é chegada a hora de buscar as evidências que nosso trabalho pôde enredar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país com mais de 200 milhões de habitantes e com um Produto Interno Bruto - PIB *per capita* de aproximadamente 35 mil reais, dados do IBGE (2020), com políticas de transferência de renda realizada pelo Programa Bolsa Família desde 2003 (BRASIL, 2003) e a Política Nacional de Assistência Social implementada em 2004 (BRASIL, 2004). Esse é o quadro geral, isto é, aproximadamente 60 milhões de pessoas em condições críticas de vulnerabilidade.

Ao longo deste trabalho, nossa problemática considerava que o sujeito em vulnerabilidade, em função das experiências sociais e institucionais, além de vulnerável socialmente, estava em sofrimento psíquico, o que nos foi possível confirmar após o desenvolvimento da análise do discurso realizado com a representante da família estudada, a senhora S.

A análise discursiva e psicanalítica nos mostrou que esse sofrimento é potencializado pela relação do sujeito com as instituições, na medida em que ela não supre as demandas que a família traz em seus atendimentos nos equipamentos socioassistenciais. Esse sofrimento lhe incapacita a construção de um desejo de saída dessa posição de vulnerabilidade, o que lhe impõe um forte desamparo socioinstitucional. Não decidimos aprofundar a questão psíquica, logo não podemos afirmar suas futuras consequências psicológicas a longo prazo.

Após a interpretação do discurso da representante da família, nosso trabalho nos levou a evidenciar o conceito-análise *a posteriori* “Política de Sofrimento”, e precisamos elencar as evidências identificadas que nos possibilitaram circunscrever esse conceito, isto é: a) a ausência de um lugar em que o sofrimento pudesse ser acolhido; b) a identificação de laços deficitários que a família possui com a instituição representada pelo governo; c) o assujeitamento ideológico na posição de sujeito em vulnerabilidade; d) a imposição neoliberal por uma autossuficiência obrigatória; e) a inexistência de uma posição discursiva em que a vulnerabilidade não seja compreendida como uma condição própria da família; f) a impossibilidade de a família existir a partir de seus próprios elementos constitutivos, e; g) a banalização da pobreza como um elemento naturalizado e implícito.

Pensando em nosso primeiro ponto identificado: a ausência de um lugar em que o sofrimento possa ser acolhido: nos figura muito significativo já que a inexistência de acolhimento adequado gera uma condição potencializadora de sofrimento. Uma família que busca por atendimento social espera ter sua demanda recebida, entendida e, principalmente, solucionada. Na medida em que uma família não encontra resolubilidade nas dependências

do equipamento social, sentimentos de frustração, desesperança, medo e angústia surgem entre os membros dessa família que, ao invés de criarem, junto com os técnicos, possibilidades e estratégias de saída da condição de vulnerabilidade, permanecem sem expectativas de superação de suas problemáticas.

Podemos considerar ainda que, tal situação gera uma baixa confiança nos órgãos governamentais, levando as famílias a sentimentos contraditórios e que colocam a sua relação com as instituições sociais num lugar de desvalor, descrédito e desconfiança. Se não se pode confiar num governo que não cumpre seus deveres constitucionais, não se consegue sentir segurança e acolhimento, portanto, ansiedade, medo, desesperança e desamparo levam as famílias a não manterem uma boa relação com o estado.

A relação deficitária, que nos leva à evidência, de que a identificação de laços deficitários que a família possui com a instituição representada pelo governo: poderia ser considerada uma das principais causas pelas condições sociais em que nosso país se encontra, isto é, com uma forte escalada do fascismo (BOITO, 2021).

A relação deficitária pode ser considerada uma das causas que leva o sujeito buscar por meios ilícitos, a criminalidade, para conseguir ter acesso aos mínimos sociais, o que, conseqüentemente conduz a um aumento das taxas de violência urbana. Ela pode gerar dificuldades nas famílias em perceberem a si mesmas como pertencentes a uma unidade social/comunitária, e essas condições podem estimular problemáticas que as conduzam a uma deficiência em criar um processo identificatório com um estado/nação. Enfim, são pontos que nossa pesquisa identificou mediante nossas descobertas, mas outros estudos e outras pesquisas podem prosseguir a partir desses achados.

O assujeitamento ideológico na posição de sujeito em vulnerabilidade: é um aspecto que consideramos estar vinculado a maneira pela qual o estado possibilita a existência da família em vulnerabilidade. Por mais que a política de assistência tenha por finalidade oportunizar condições para a superação da vulnerabilidade pela construção da autonomia e independência da família, na medida em que não existe oferta adequada do serviço (ausência de cestas-básicas, por exemplo), essa autonomia não encontra possibilidade de ser construída, logo, o que o estado oferta é uma permanência no assujeitamento.

Essa contradição que o estado cria na relação com a população pode ser desencadeadora de problemáticas que nos fogem a compreensão. Não sabemos como essa permanência na condição de assujeitamento é sentida pela família, além da reprodução de um modo de manutenção do sofrimento. Pode haver outras conseqüências que nossa pesquisa

não teve a finalidade de investigar, mas que pode ser material bruto e uma indicação de outras problemáticas e objeto de estudo para outras inquirições.

A imposição neoliberal por uma autossuficiência obrigatória: nos assemelha a um equivalente da meritocracia, que é um conceito extensamente disseminado pela comunidade acadêmica, isto é, a crença de que todo o indivíduo é capaz de prosperar a partir de suas capacidades. Termos como o darwinismo social (BOLSANELLO, 1996) é uma forma de se tentar vincular as ciências naturais com as ciências sociais, como se o ser humano não fosse multifacetado, multideterminado e possuidor de dimensões subjetivas que escapam sua condição orgânica. A sociedade se equipara mais a um sistema de valores e crenças do que a um organismo com suas predisposições hereditárias causadoras de suas evoluções.

A dimensão histórica da sociedade não nos permite pensar em termos de valores melhores ou piores. As condições de produção que constituíram a pobreza, o sujeito assujeitado e a vulnerabilidade são momentos da história em que sistemas de dispersões (FOUCAULT, 2012) possibilitaram a ascensão ou não de uma dada camada da sociedade. Nossas potencialidades dentro de espectros de possibilidades são equivalentes o que nos impede o crescimento dentro da esfera social é o próprio sistema, criado para que a possibilidade desse crescimento seja praticamente nula.

A inexistência de uma posição discursiva em que a vulnerabilidade não seja compreendida como uma condição própria da família: que na verdade é um produto do contexto sócio-histórico é o que poderíamos chamar de impossibilidade de existência. Se um dado aspecto da sociedade não possui autorização ou não pode circular (FOUCAULT, 1996), esse lugar não existe.

Precisamos construir um lugar em que o sujeito em vulnerabilidade possa existir a partir de suas condições históricas, logo, esse lugar pode ser um discurso que ainda não existe, ou uma escuta em que a fala materializa a condição para a sua existência. Pêcheux (1988) designaria essa condição de forma-sujeito, o lugar desse sujeito não pode ser vazio, ele precisa pertencer a uma formação discursiva.

Oportunizar essa inscrição em uma formação discursiva cria uma identificação que o constitui enquanto sujeito. A condição do sujeito em vulnerabilidade social se inscreve na forma pela qual ele se percebe produto da história social na qual ele está inserido. Esse aprofundamento não foi objeto de nossa pesquisa, mas identificar a inexistência desse lugar, ou a possibilidade de esse lugar ser desconhecido para o sujeito vulnerável é um dos pontos que nossa pesquisa identificou.

Nosso sujeito percebe-se como responsável pela sua condição de vulnerabilidade e demonstra estar na condição de assujeitamento ideológico sem compreender sua posição no discurso vulnerável. Essa questão nos parece muita cara, e possibilitadora de futuras convergências teóricas, visto que podemos a partir dessa evidência vislumbrar trabalhos com essas famílias de identificação discursiva capazes de criar possibilidades de superação da ideologia de autoprodução da vulnerabilidade social e, conseqüentemente, produzir a responsabilização do estado pela situação em que a população brasileira se encontra.

A impossibilidade de a família existir a partir de seus próprios elementos constitutivos: nos permite entrever que se deve construir um modo para que esses elementos constitutivos passem pelo reconhecimento dessa família em seu lugar social de direito (ROSA et al., 2017), pela garantia de acesso às condições de manutenção de sua própria subsistência por meio do trabalho, pela percepção dessa família pela sociedade e pelo estado como sujeito em condição de vulnerabilidade social. No entanto, a vulnerabilidade criada e reproduzida em sua grande maioria pelo estado, por mais que já existem leis, expostas no primeiro capítulo, que amparem esse sujeito, essa percepção ainda não foi superada pela sociedade.

Projetamos que essas condições oportunizariam ao sujeito uma construção de laços sociais/comunitários mais saudáveis com o estado, e possivelmente, diminuiriam sua condição de sofrimento. Possibilitaria o rompimento do assujeitamento ideológico a partir de uma recondução de sua história, isto é, sua realidade não seria negada ou impedida de existir, haveria um entendimento das estratégias de sobrevivência adotadas e uma compreensão causal desse comportamento. Do momento em que uma família busca por mais benefícios, a responsabilidade recairia para o estado por não ter criado condições para a materialização da autonomia do sujeito.

Por fim, a banalização da pobreza como um elemento naturalizado e implícito: significa que ela não é uma conjuntura artificial, mas construída sócio-historicamente constituindo-se na própria realização do discurso neoliberal. Possibilitar que a pobreza seja entendida em sua produção social e em seu contexto é restituir um campo mínimo de significantes que permita que o sujeito em vulnerabilidade possa circular no campo social e no campo do Outro, isto é, do estado, da sociedade e de seus membros.

Precisamos deixar nossa evidenciação explícita: o sujeito em vulnerabilidade social está em sofrimento e encontra-se em um lugar vazio de sentido, sem correlação direta com seus operadores sociais e operadores existenciais, isto é, em desamparo social.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Tradução coordenada e revista por Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALMEIDA, S. A. de; GIORDAN, M. **Discursos que circulam na correção de um questionário: sentidos e significados**. **Revista Ensaio**. Belo Horizonte, v.14, n. 03, p. 239-259, set-dez: 2012.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado**. 9.ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais DSM-V**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ANFIP. Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. **Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social**. Brasília: ANFIP, 2018.
- ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2007.
- BASTOS, C. L.; KELLER, V. **Aprendendo a aprender**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BOITO JR., A. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, v. 34, n. Cad. CRH, 2021 34, p. e021009, 2021.
- BOLSANELLO, M. A. **Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira**. **Educar em Revista**, n. Educ. rev., 1996 (12), p. 153-165, jan. 1996.
- BRASIL. **[Cadastro Único]**. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/index.html>>. Acesso em: 25 set. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 02 fev. 2021.
- BRASIL. **Instituto Nacional de Previdência Social – INSS**. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/prevbarco-inss-define-cronograma-de-viagens-para-2023> Acesso em: 07 mai. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei Federal 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 454, de 20 de março de 2020. **Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19)**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587>. Acesso em: 06 mar. 2023.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004.
- BRASILIA (Distrito Federal). **Decreto nº 6135, de 26 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Brasília, 2007.
- CAMPELLO, T. et al. **Faces da desigualdade no brasil: um olhar sobre os que ficam para trás**. **Saúde em Debate** [online]. 2018, v. 42, n. spe3 [Acessado em: 25 Dezembro 2022], pp. 54-66. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042018S305>>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S305>.
- CARMAGNANI, A. M. G. et GRIGOLETTO, M. (org). **Língua, discurso e processos de subjetivação na contemporaneidade**. São Paulo: Humanitas, 2013.

- DIEHL, D. A. **Pandemia e desigualdades sociais. InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 303–314, 2021. DOI: 10.26512/insurgencia.v7i1.36286. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/36286>. Acesso em: 6 mar. 2023.
- EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Unesp, 1997.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- _____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola: 1996.
- _____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FREUD, S. **Uma nota sobre o inconsciente na psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- _____. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1996.
- FUSER, I. **Geopolítica: o mundo em conflito**. São Paulo: Editora Salesiana, 2006.
- GERHARDT, T. E. et, SILVEIRA, D. T. (Org). **Método de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GUERRA, E. L. de A. **Manual de pesquisa qualitativa**. Anima Educação: Belo Horizonte, 2014.
- HEGEL, G. **A razão na história: introdução à filosofia da história**. São Paulo: Centauro, 2001.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2010**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>. Acesso em: 25 set. 2020.
- JOURDAIN, A. et NAULIN, S. **A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017
- KELLER, S. B. A. **A ascensão do conservadorismo e o projeto neodesenvolvimentista: implicações ao serviço social. Ser Social, [S. l.]**, v. 21, n. 44, p. 157–178, 2019. DOI: 10.26512/ser_social.v21i44.23487. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23487. Acesso em: 17 maio. 2022.
- LACAN, J. **Simbólico, imaginário e real. In: Os nomes do pai**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- _____. **O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1979.
- _____. **O seminário, livro 10: A angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Mito e significado**. Lisboa: Edições 70, 1978.
- MAY, A. P. **Psicanálise e linguagem. Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação** ISSN 1981-9943 Blumenau, v. 4, n. 2, p. 258-266, mai./ago. 2010.
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MINAYO, M. C. de S. (Org). **Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

- MOREL, A. P. M. **Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica.** *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 19, n. Trab. educ. saúde, 2021 19, p. e00315147, jan. 2021.
- NASCIMENTO, C. M. B. do, et al (Org). **Metodologia da pesquisa em estudos literários.** Manaus, FUA, 2018.
- NIETZSCHE, F. **A gaia ciência.** Trad. Antônio Carlos Braga. São Paulo: Editora Escala, 2006.
- _____. **Além do Bem e do Mal.** Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição.** Genebra: OMS, 1948.
- ORLANDI, E. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.
- _____. **Discurso e leitura.** São Paulo: Cortez, 2006.
- ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. M.; ZEINE, L. **Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião.** *Opinião Pública*, v. 28, n. Opin. Publica, 2022 28(1), p. 62–91, jan. 2022.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 2.ed. São Paulo: Pontes, 1997.
- _____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.
- PLATÃO. **Teeteto.** In: PLATÃO. Diálogos I: Teeteto (ou do conhecimento), Sofista (ou do ser), Protágoras (ou sofistas). Tradução, textos complementares e notas de Edson Bini. Bauru/SP: EDIPRO, 2007
- ROCHA, Z. **Ensaio psicanalítico em interface com a filosofia.** Recife: Cepe, 2016.
- ROSA, M. D.; ESTÊVÃO, I. R. et BRAGA, A. P. M. **Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política.** *Revista. Psicol. Estud.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.
- SILVA, V. S. da et RODRIGUES, M. L. **Análise do discurso: a caminhada de Pêcheux e conceitos basilares da teoria.** *Interletras* ISSN nº 1807-1597. V.6, Edição número 25, abril/setembro 2017.
- SOUSA, A. S. de; OLIVEIRA, G. S. de et ALVES, L. H. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos.** *Cadernos da Fucamp*, v.20, n.43, p.64-83/2021.
- SOUZA, S. A. F. de. **Análise de discurso: procedimentos metodológicos.** 2ª ed. Manaus: EDUA, 2021.
- SPINOZA, B. **Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Ética; Tratado político e correspondência.** Traduções de Marilena de Souza Chauí [et al.]. São Paulo: Victor Civica, 1983.
- SIQUEIRA, V. **Análise do discurso: conceitos fundamentais de Michel Pêcheux.** Ed 1ª. São Paulo: Edição Colunas Tortas, 2017.
- SAFATLE, V. P. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021.
- TOROSSIAN, S. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento.** *Rev. bras. Psicanálise*, São Paulo, v. 52, n. 3, p. 253-256, set. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2018000300016&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 07 mar. 2023.
- WELLEK, R. et, WARREN, A. **Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários.** Martins Fontes, São Paulo: 2003.
- WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas.** Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

APÊNDICE - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

Nº	Questões
1	O governo permite que você e sua família tenham acesso à emprego, alimentação, saúde ou segurança? Obs.: Pedir para falar abertamente, sem se preocupar com uma resposta certa ou errada.
2	O governo tem a obrigação de ajudar as famílias que passam por dificuldades ou ele está fazendo um favor para a população? Obs.: Solicitar que a família desenvolva e fale os motivos de forma específica.
3	O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS de seu bairro atende às necessidades que sua família apresenta quando você ou alguns de seus membros buscam atendimento? Obs.: Caso a resposta seja negativa pedir para dizer o que não foi possível suprir.
4	Como você se sente quando não há trabalho para manter o sustento de sua família?
Anotações	

Fonte: o autor